

# Relato Integrado

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

**20  
22**

# SUMÁRIO

01

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

- Constituição atual do Pleno do Tribunal

02

## VISÃO GERAL DO TRE-MA

- Identificação
- Missão, Visão e Valores
- Estrutura organizacional
- Sistema de Governança e Gestão
- Modelo de Negócios
- Cadeia de valor
- Eleições
- Materialidade das Informações

03

## GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

- Estratégia e Alocação de Recursos
- Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor
- Valor Público
- Resultado da Estratégia 2022
- Mapa Estratégico 2021-2026
- Alcance dos Objetivos Estratégicos
- Desempenho dos Indicadores e Projetos
- Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

04

## RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

- Prestação Jurisdicional
- 2º Grau
- 1º Grau

05

## CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

- Pessoas
- Tecnologia da Informação
- Segurança da Informação
- Licitações e contratos
- Gestão Patrimonial e Infraestrutura
- Gestão orçamentária e financeira
- Gestão de Custos
- Auditorias Internas

06

## RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- Principais canais de comunicação
- Ouvidoria
- Educação política
- Audiências e Consultas Públicas
- Cultura e memória

**01**

# Mensagem da Presidente





**Desembargadora Angela  
Maria Moraes Salazar**

É inegável que em 2022 vivenciamos momentos, ainda, extremamente difíceis provocados pela pandemia do COVID 19 com impactos na área econômica, social, cultural, ambiental e política da nossa Nação.

Some-se a isso as consequências da deflagração da guerra entre os países Rússia e Ucrânia, os ataques à Justiça Eleitoral Brasileira sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, as disseminações constantes do falseamento da verdade, práticas de intolerâncias e preconceitos colocando em risco a estabilidade das Instituições Democráticas.

Foi nesse cenário adverso que presidimos o Tribunal Regional Eleitoral e conduzimos todo o processo das eleições gerais de 2022. Assim, crendo que é nas adversidades que se consegue criar soluções e despertar em cada cidadã e cidadão, o melhor que há dentro de si: a solidariedade e o espírito cívico, enfrentamos os desafios e obstáculos com destemor e confiante em Deus.

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), em cumprimento ao que estabelece o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, bem como às disposições normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), apresenta o Relato Integrado referente ao exercício de 2022, com registros das principais atividades desenvolvidas, objetivando dar ampla publicidade e transparência aos atos praticados pela Administração e, em especial, aos valores institucionais da Justiça Eleitoral, as estratégias de governança e alocação de recursos com base nos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade ambiental e econômica.

De igual modo, demonstra o compromisso com a ética e profissionalismo em suas relações institucionais, bem como com os cidadãos e cidadãs maranhenses.

Integra o presente relatório os apontamentos de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária e operacional, bem como a análise da gestão estratégica da instituição, constituindo, assim, um dos principais instrumentos de *accountability* do uso de recursos públicos perante a sociedade.

Oportuno registrar que foram cumpridas todas as etapas de regulamentação, logística e prestação jurisdicional do processo eleitoral de 2022, garantindo a normalidade e legitimidade das eleições, mediante ações integradas com os demais órgãos parceiros. Para além disso, foram implementados novos programas e políticas de promoção da cidadania aproximando a Justiça Eleitoral da sociedade, tais como a Ouvidoria da Mulher, TRE em ação e Fale, Maria.

No âmbito interno, foram instituídos novos cargos comissionados oriundos do remanejamento de saldo decorrente da diferença entre o valor integral de cargos comissionados e o valor da opção efetuada pelos(as) servidores(as) efetivos(as), visando melhorar a prestação de serviços e reorganizar a estrutura organizacional, por meio da Resolução nº 10.001/2022.

Por fim, agradeço todos os integrantes da Justiça Eleitoral Maranhense pelo empenho, dedicação e zelo profissional para o fortalecimento da democracia e desta Justiça especializada.

## Constituição atual do Pleno do Tribunal



**Desª. Angela Maria  
Moraes Salazar**

Presidente



**José Luiz Oliveira  
de Almeida**

Vice-Presidente e  
Corregedor



**Lino Osvaldo Serra  
Sousa Segundo**

Juiz Federal



**Angelo Antonio  
Alencar dos Santos**

Juiz de Direito



**André Bogéa  
Pereira Santos**

Juiz de Direito



**Anna Graziella  
Santana Neiva  
Costa**

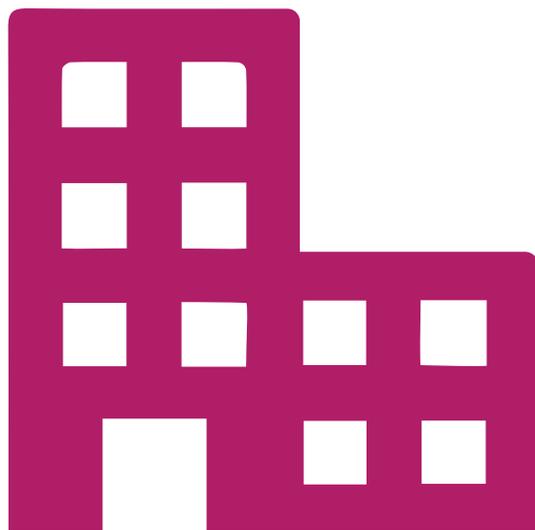
Jurista



**Camilla Rose  
Ewerton Ferro  
Ramos**

Jurista

**02**



# Visão geral do TRE-MA

## Identificação

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um órgão do Poder Judiciário Federal e tem como principais atividades condução do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral.



As competências do TRE-MA estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 16 a 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRE-MA n. 9.030, de 24 de janeiro de 2017). Considerado pelo Conselho Nacional de Justiça como um Tribunal de médio porte.

O TRE-MA é um órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, caput, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

## Missão, Visão e Valores

Um dos maiores riscos para uma organização, seja pública ou privada, é a obsolescência de seus resultados e processos, pois ao não acompanhar as mudanças da sociedade em relação ao seu tema de atuação causará, ao longo do tempo, diversos questionamentos da sociedade, inclusive quanto à razão de existência daquela instituição.

Nesse sentido, o TRE-MA revisou, de forma participativa, as metas dos indicadores e as ações e projetos para o ano seguinte, considerando o alinhamento da estratégia ao orçamento, visando assegurar que os recursos e esforços da organização estejam realmente sendo utilizados para a finalidade principal de sua existência.

Painel interativo 

No início de 2022, houve uma solenidade de reconhecimento com entrega de certificados às equipes do Tribunal que, em 2021, concluíram ações e projetos, bem como cumpriram ou superaram metas estabelecidas no Plano Estratégico.

Notícia 

### MISSÃO



Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

### VISÃO



Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral

### VALORES



**ÉTICA:** Primar pelo respeito aos valores e princípios constitucionais.

**TRANSPARÊNCIA:** Assegurar a publicidade como regra, disponibilizando aos públicos interno e externo, de forma ampla e transparente, as informações institucionais.

**EFETIVIDADE:** Compatibilizar a eficiência e a eficácia de sua atuação em prol dos melhores resultados para a sociedade.

**INOVAÇÃO:** Aprimorar constantemente o processo eleitoral, apoiando na busca de novas tecnologias, primando pela segurança.

**DIVERSIDADE E INCLUSÃO:** Valorizar a pluralidade da sociedade e assegurar inclusão a todos os cidadãos.

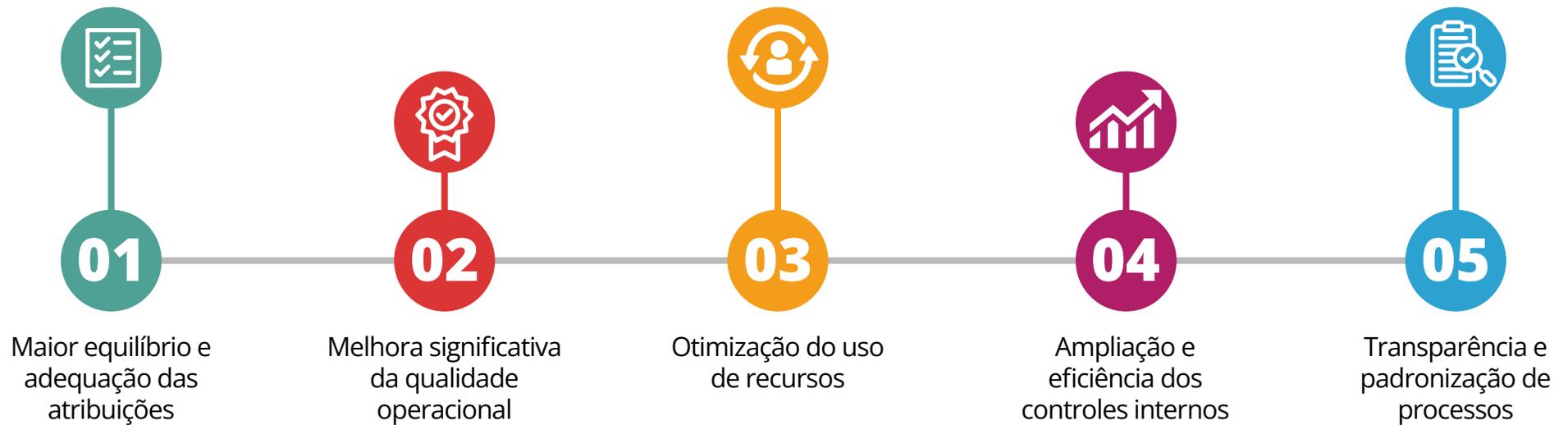
**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** Buscar uma atuação preocupada com a sustentabilidade socioambiental.

Plano Estratégico 2021-2026 

Plano de Diretrizes 2022-2023 

# Estrutura Organizacional

As contínuas mudanças e demandas não apenas nas organizações, mas na vida cotidiana, requerem uma constante adequação da estrutura e dos processos (rotinas de trabalho) e, por conseguinte da alocação das pessoas (ativo principal e mais importante), primando pela efetividade operacional e satisfação da sociedade com os serviços prestados.



Organograma 

# Sistema de Governança e Gestão

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-MA (Resolução nº 9.883/2021) consiste em um conjunto de princípios, instâncias, práticas e planos institucionais voltados para a obtenção de resultados e a promoção da gestão de riscos, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento do desempenho de indicadores, metas e iniciativas que impulsionam o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro do Tribunal, a fim de viabilizar a melhoria contínua.

Mais informações 



## Modelo de Negócios



### Parcerias

- Estado
- Prefeituras
- Polícia Federal
- Polícia Militar
- Ministério Público
- Tribunal de Justiça
- Tribunal Superior Eleitoral
- Imprensa



### Atividades-chave

- Prestação jurisdicional
- Relacionamento com a sociedade
- Preparação, Realização e Apuração das Eleições
- Cadastro eleitoral
- Cadastro Partidário



### Recursos-chave

- Colaboradores (mesários, apoios logísticos, membros das juntas apuradoras, requisitados, estagiários)
- Magistrados
- Servidores
- Recursos orçamentários
- Recursos de TIC
- Infrestutura



### Proposta de valor

- Garantir o exercício da cidadania
- Garantir a lisura e a transparência do processo de votação e apuração
- Garantir o direito de votar e ser votado



### Relações com clientes

- Transparência
- Agilidade na Prestação de Informações
- Interatividade
- Atendimento Virtual
- Atendimento presencial descentralizado
- Proteção de Dados



### Segmento de mercado

- Sociedade
- Eleitores
- Partidos
- Candidatos
- Advogados
- Jornalistas



### Canais

- Portal (site)
- Redes sociais
- Serviços digitais
- Ouvidoria
- Atendimento presencial
- Central telefônica



### Estuturas de custos

- Recursos humanos
- Infraestrutura de Tic
- Infraestrutura Predial

### Estuturas de receitas

- Orçamento público

# Cadeia de Valor

As contínuas mudanças e demandas não apenas nas organizações, mas na vida cotidiana, requerem uma constante adequação da estrutura e dos processos (rotinas de trabalho) e, por conseguinte da alocação das pessoas (ativo principal e mais importante), primando pela efetividade operacional e satisfação da sociedade com os serviços prestados.

A estruturação da Cadeia de Valor do TRE-MA está organizada da seguinte forma:



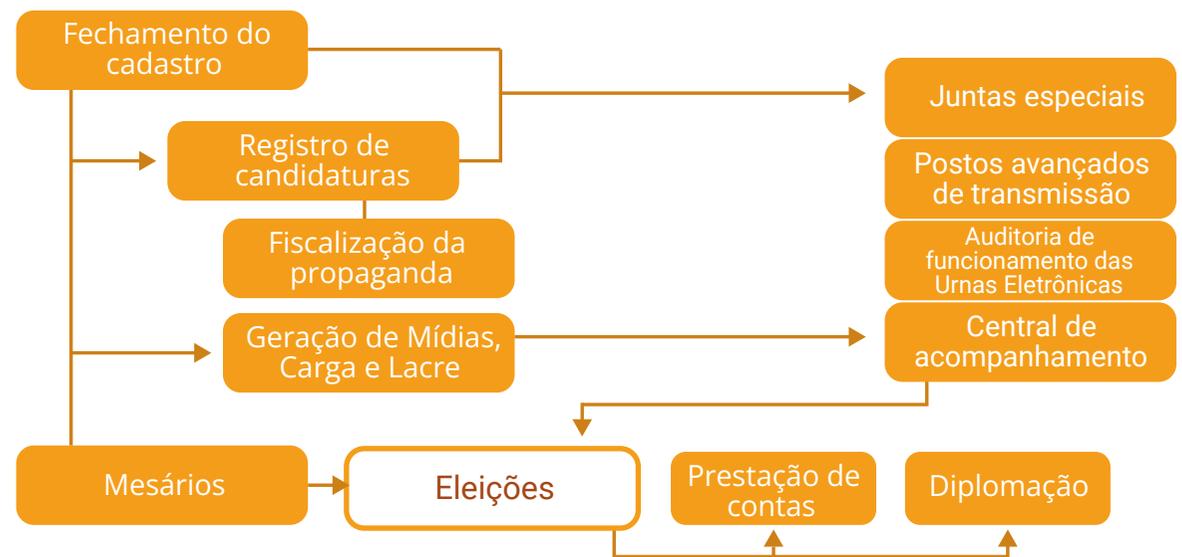
# Eleições

O planejamento das Eleições iniciou em 2021, considerando o orçamento pleitos 2022 e o detalhamento das atividades do Plano Integrado de Eleições (com análise de riscos e ações de enfrentamento), tendo a finalidade de orientar as ações, integrar os processos com foco na melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

Em 2022, a execução dos trabalhos ocorreu de forma colaborativa, contribuindo para a adequada utilização dos recursos disponíveis e o cumprimento das metas estabelecidas.

**Plano Integrado das Eleições 2022**

## Processos de Eleições



## Processos de Apoio



O trabalho para a realização das Eleições é proveniente da colaboração, comprometimento e dedicação de muitos. Contou com a participação de todas as unidades administrativas do Tribunal

**105**

Zonas Eleitorais

**105**

Magistrados(as) eleitorais

**31**

Magistrados (as) que trabalharam nas juntas especiais

**26**

Gerentes e substitutos

**670**

Servidores(as)

**594**

Técnicos(as) terceirizados(as)

**aproximadamente**

70 mil mesários(as) atuaram nos 217 municípios Maranhenses

17 mil urnas eletrônicas (contando com as utilizadas para eventuais contingências)

**65**

seções, cujos resultados foram transmitidos diretamente dos locais de difícil acesso

## Eleições 2022



**7.153.262**  
População



**217**  
Municípios



**105**  
Zonas  
Eleitorais



**19.493**  
Seções  
Eleitorais



**16.869**  
Urnas

Eleições 2022	1º turno	2º turno
Locais de votação	5831	5.533
Urnas substituídas	444	369
Eleitores aptos	5.039.287	5.039.307
Eleitores que votaram	3.920.435	3.854.804
Abstenção	1.118.852	1.184.503
Votos nominais	3.781.645	3.751.174
Votos em branco	35.605	35.807
Votos nulos	103.185	67.823

Cargos	Candidatos	Eleitos
Presidência	12	1
Governador	9	1
Senador	5	1
Dep. Federal	367	18
Dep. Estadual	559	42

Fonte 1

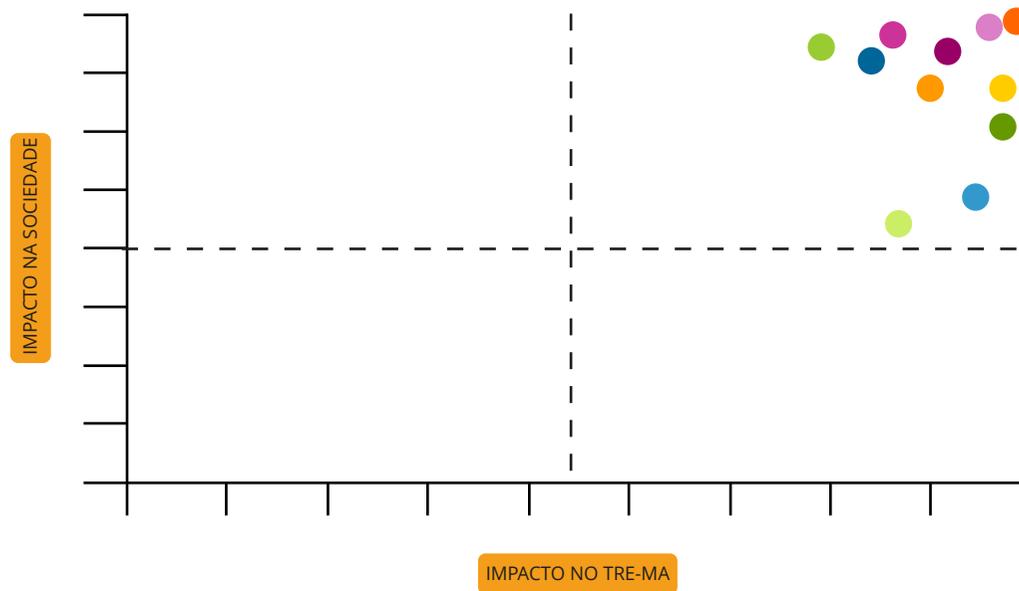
Fonte 2

## Reuniões

- 10** Com os Chefes de Cartório. 50h de reunião (aproximadamente). Participantes: todos os chefes de cartório, Secretários, gerentes de processos (titulares e substitutos) e a Alta Administração
- 27** Apresentação ao Corregedor das atividades dos processos de eleição
- 04** Monitoramento das atividades de 1.766 atividades e tarefas dos 26 processos de Eleições
- 02** Gerais com os gerentes dos processos e Conselho gestor
- 03** Assessoria de Gestão de Eleições com a Alta Administração
- 10** Replanejamento
- 5** Revisão de indicadores

# Materialidade das Informações

## Matriz de materialidade



### Legenda

- |   |  |   |  |
|---|--|---|--|
| <span style="color: orange;">●</span> ELEIÇÕES                                      | <span style="color: purple;">●</span> GESTÃO ESTRATÉGICA                                       | <span style="color: pink;">●</span> PRESTAÇÃO JURISDICIONAL                           | <span style="color: green;">●</span> GESTÃO DE PESSOAS                           |
| <span style="color: lightgreen;">●</span> EDUCAÇÃO ELEITORAL E AÇÕES PARA CIDADANIA | <span style="color: blue;">●</span> GESTÃO DE RISCO, CONFORMIDADE E TRANSPARÊNCIA              | <span style="color: yellow;">●</span> SUSTENTABILIDADE, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO     | <span style="color: magenta;">●</span> RELACIONAMENTO COM AS PARTES INTERESSADAS |
| <span style="color: orange;">●</span> TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SEGURANÇA           | <span style="color: lightgreen;">●</span> GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS | <span style="color: blue;">●</span> GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E DE CONTRATAÇÕES |  |

**03**

# Governança, Estratégia e Desempenho

## Estratégia e Alocação de Recursos

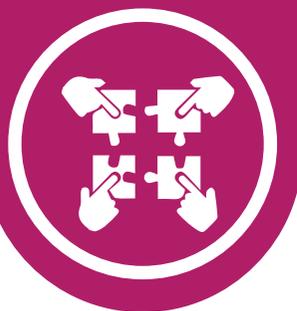
O TRE-MA possui seu Plano Estratégico 2021-2026 (Resolução nº 9846/2021), revisado anualmente, o que resultou no Plano Diretrizes 2022-2023 (Resolução nº 9.966/2022) elaborado no início de 2022. Diante disso, segue a demonstração, por objetivo estratégico, de alguns projetos concluídos, que contribuíram para o propósito almejado:

Objetivo	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
<b>Execução Contratos (R\$)</b>	-	R\$ 196.732,34	R\$ 14.083,20	R\$ 3.663.898,08	R\$ 49.888,00	-	R\$ 62.400,00	-	R\$ 252.205,00	R\$ 5.318.630,44
<b>Ações/projetos concluídos</b>	1	3	7	11	27	11	9	3	3	6
<b>Destques</b>	Definir processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária	Procedimento de Acordo de Nível de Serviço (ANS) com as demais áreas de negócio internas da organização	Instituir o Núcleo de Apoio à Atividade Processual	Promover a realização de audiências públicas, esclarecendo cada etapa do processo eleitoral	Adotar política de ética para os gestores e colaboradores que atuam na área de contratações	Assessorar as unidades na identificação e priorização dos riscos de integridade, estabelecendo medidas para tratamento	Identificar e documentar as lacunas de competências dos colaboradores e gestores	Dar ampla divulgação nas redes internet e intranet das ações de repercussão geral	Definir atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive os de computação em Nuvem	Aprimorar processo de seleção dos auxiliares de apoio terceirizados
		Implementar piloto de gestão de projetos de tecnologia da informação	Coordenar as ações de saneamento dos dados judiciais do 2º grau para o sistema DATAJUD (Prêmio CNJ 2023)	Desenvolver ações de combate às fake News Implantar a Ouvidoria da Mulher	Atualizar os instrumentais utilizados na Gestão de Riscos, Projetos e Processos	Divulgação do novo Código de Ética e Conduta	Instituir programa(s) permanente de qualidade de vida no trabalho	Game Eleições 2022	Estudar e propor a reformulação do Processo de Gerenciamento de Riscos, observando os de Segurança da Informação	Elaborar protocolos que garantam a padronização no cumprimento das formalidades previstas nas normas do TSE e TRE
		Realizar a auditoria da "votação paralela" em local de grande circulação	Promover e divulgar, aos juizes eleitorais, cursos e eventos jurídicos de atualização e aprimoramento sobre o processo eleitoral	Estabelecer meios de controle para o cumprimento dos atos previstos nas normas do TRE e TSE	Impulsionar a transparência no TRE-MA e os indicadores de acessibilidade, inclusão e sustentabilidade	Definir parâmetros para identificação de situações relativas a ilícitos civis e penais, procedendo o enquadramento, responsabilidade e rito do ajuizamento	Levantar os riscos nos procedimentos administrativos ou informatizados da SGP, inclusive as possibilidades de atos de fraude e corrupção	Regulamentar a elaboração, alteração e publicação de normas internas e sua divulgação no âmbito da TRE/MA	Implantar serviço de Backup em Nuvem	Incentivar a participação da sociedade na auditoria de urnas e nas audiências públicas de geração de mídias, carga e lacre

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Governança

Conselho  
Gestor



Comitê de  
Governança  
de TIC  
(CGOVTIC)



Rede de  
Governança  
Colaborativa



## Conselho Gestor



Houve 5 reuniões para tratar de assuntos pertinentes às Eleições e ao 1º Grau de Jurisdição. Foram realizadas ainda 2 reuniões acerca do desempenho do Plano Estratégico.

Mais informações

## Rede de Governança Colaborativa



Tem a finalidade de apresentar propostas de aperfeiçoamento da estratégia e de melhoria do desempenho da Justiça Eleitoral. Em 2022, as ações realizadas foram voltadas à elaboração colaborativa das metas para 2023. É constituída pelos titulares das unidades de planejamento estratégico dos Tribunais Eleitorais e possui a seguinte estrutura:

- I. Comitê Gestor de Governança da Justiça Eleitoral;
- II. Subcomitês Gestores de Governança da Justiça Eleitoral.

O TRE-MA coordena o Subcomitê II, composto pelos TREs: MA, CE, BA, RN e AL, no biênio 2022-2023.

Mais informações

## Comitê de Governança de TIC (CGOVTIC)



Mais   
informações

Tem como finalidade estabelecer políticas, diretrizes e investimentos em TIC, alinhados ao planejamento estratégico deste Tribunal. Em 2022, houve:

- Aprovação de planos, normas e processos:
  - Diretrizes para a priorização de sistemas a serem desenvolvidos na STIC;
  - Regras e procedimentos gerais para acesso às áreas de rede e aos sistemas e ativos de informação;
  - Política de Continuidade de Serviços de TIC;
  - Plano de Gestão de Riscos de TIC e Plano de Continuidade de Serviços;
  - Processo de Gestão de Configuração e Ativos de Informação e Processamento da Justiça Eleitoral;
  - Plano de Transformação Digital (PTD);
  - Plano de Contratações de Soluções de TIC, bem como suas revisões;
  - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, bem como suas revisões.
- Priorização de sistemas desenvolvidos:
  - Nova versão do Cronos e Cadastro Individual de horas;
  - Módulo de Gamificação no Guardião;
  - Intelijud - Painéis e relatórios para a área judiciária;
  - Solicitação de novos locais de votação;
  - Solicitação de eleições parametrizadas;
  - Módulo de Substituições;
  - Emissão de Diploma Eleitoral.
- Aprovação de ações de Cibersegurança na STIC:
  - Promoção de capacitação das Equipes de Tratamento de Incidentes de Redes – ETIR;
  - Contratações de Ferramentas e Serviços em Cibersegurança na JE – Grupo CIBER-JE.

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Gestão de Processos Judiciais

Núcleo de  
Cooperação  
Judiciária



Núcleo de  
Apoio  
Processual e  
Eleitoral



## Núcleo de Cooperação Judiciária



Instituído pela Portaria Conjunta nº 17/2021, no intuito de estabelecer diretrizes e procedimentos para viabilizar a cooperação judiciária entre este Tribunal e demais órgãos do Poder Judiciário, além de outras instituições e entidades, nos termos da Resolução CNJ nº 350/2020.

- Procedimento Adotado:
- Disciplinar as principais diretrizes, composição e competências do Núcleo, com vistas à instituição de mecanismos de cooperação judiciária e à otimização da gestão e do fluxo de rotinas processuais.

Mais informações

## Núcleo de Apoio Processual e Eleitoral



Regulamentado pela Resolução TRE-MA nº. 9.980, no intuito de auxiliar o processamento dos feitos eletrônicos, judiciais e administrativos, de competência das zonas eleitorais do estado do Maranhão, a fim de prevenir a formação de estoque processual e incentivar o cumprimento das metas nacionais de produtividade, monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como concretizar as diretrizes da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, disposta na Resolução CNJ nº 194/2014.

- Procedimento Adotado:
- Equalizar a força de trabalho no 1º grau de jurisdição, ante a deficiência do quadro de servidores, e aprimorar os índices de produtividade na prestação jurisdicional e administrativa deste Tribunal.

Mais informações

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Administrativa

Comitê de  
Gestão de  
TIC (CGTIC)



Comitê de  
Atenção  
Prioritária  
ao 1º Grau



Comissão  
Permanente  
de Segurança  
Institucional



Comissão Gestora  
do Laboratório de  
Inovação,  
Inteligência e  
Objetivos de  
Desenvolvimento  
Sustentável -  
LIODS (TREMALAB)



## Comitê de Gestão de TIC (CGTIC)



Responsável por aprovar e monitorar planos táticos que garantam o cumprimento da estratégia do Tribunal, bem como envolver a alta administração nas decisões que incidem sobre os serviços de TIC. Reúne-se com periodicidade mínima quinzenal.

- Aprovação, monitoramento e revisão dos Planos de Contratações, Capacitações e Orçamentário da Secretaria, bem como do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2021-2026;
- Aprovação Plano de Transformação Digital, em atendimento à ENTIC-JUD, sendo este incorporado ao PDTIC;
- Implantação das Reuniões de Análise da Estratégia na STIC, para monitoramento de indicadores e ações, tendo sido 4 reuniões realizadas nos meses de março, maio, julho e novembro;
- Aprovação de normas e processos no âmbito da STIC: Funcionamento da Central de TIC, Planejamento Orçamentário de TIC, Gestão de Configurações e Ativos de Informação, Gestão de Projetos, Gerenciamento de Nível de Serviço, regulamentação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR); Norma de Controle de Acesso, proposta de diretrizes para a priorização de sistemas;
- Estudo sobre Dimensionamento da força de trabalho da STIC, com base na Resolução 370 do CNJ.
- Entrega de planos exigidos pelas Resoluções do CNJ: Plano de Continuidade de Negócios de TIC, Plano de Gestão de Riscos de TIC,
- Criação de planos para atendimento aos protocolos de segurança cibernética, estabelecidos na Portaria CNJ 162/2021.

Mais informações

## Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau



Houve 4 reuniões para tratar de assuntos pertinentes às Eleições e demais temas administrativos de interesse do 1º Grau de Jurisdição.

Mais informações

## Comissão Permanente de Segurança Institucional



- Aprovação da nova Resolução nº 9.989/2022, que dispõe sobre a alteração da composição e atribuições da Comissão Permanente de Segurança, considerando a Res. CNJ 435/2021;
- Aprovação da nova Portaria nº 1102/2022, que dispõe sobre alteração da composição da Comissão Permanente de Segurança;
- Atuação no Comitê de Segurança das Eleições, conforme Portaria nº 988/2022, coordenando as ações de segurança e gerenciando os potenciais riscos ao processo eleitoral de 2022;
- Gestão do Termo de Cooperação Técnica 05/2022, celebrado com a Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP/MA, para a segurança nas Eleições 2022;
- Elaboração dos planos de segurança orgânica do prédio sede e da diplomação dos eleitos nas Eleições 2022.

Mais informações

## Comissão Gestora do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - LIODS (TREMALAB)



Obteve todos os 20 pontos de sua responsabilidade na parte de inovação no Prêmio CNJ de Qualidade.

- Planejou e implantou (ou apoiou a implementação) dos seguintes projetos:
- Gamificação de Eleições e de Segurança;
- Projeto de Gestão de Riscos de Integridade;
- Participação do FESTLABS - Festival de Laboratórios de Inovação do Judiciário, promovido pelo TJPE em parceria com o CNJ e
- Capacitação dos integrantes do time.

Mais informações

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Orçamento, Licitações e Contratos

Comissão  
Permanente  
de Licitação



Comissão  
Permanente  
de Apoio à  
Gestão de  
Contratações



Conselho de  
Apoio à Gestão  
Orçamentária e  
de Contratações



## Comissão Permanente de Licitação



- Atuou em 3 processos licitatórios, na modalidade Concorrência, a saber:

1) Concorrência 01/2022 - Contratação de empresa de engenharia para execução da reforma da Sede do TRE-MA, incluindo:

a) implantação do projeto de combate a incêndio e pânico aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e

b) substituição das esquadrias de alumínio da fachada do Prédio-Sede.

Certame resultou fracassado. Repetição da Licitação para o mesmo objeto, em itens separados, na modalidade Pregão (Pregão Eletrônico 18/2022 e Pregão Eletrônico 39/2022);

Custo estimado da contratação ----- R\$ 1.655.484,72 (Concorrência 01/22)

Valores contratados:

Pregão 18/22	Pregão 39/22
R\$ 797.384,66 (estimado)	R\$ 969.963,77 (estimado)
R\$ 795.500,00 (contratado)	R\$ 969.963,77 (contratado)

2) Concorrência 02/2022 - Contratação de empresa de engenharia para continuidade da Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís (6ª Etapa), incluindo os serviços de cobertura, revestimento, pavimentação, instalações hidrossanitárias, elétricas, cabeamento estruturado, climatização, combate a incêndio, CFTV e demais serviços necessários à recomposição da funcionalidade do imóvel.

A única empresa que compareceu não atendeu às exigências editalícias de qualificação técnica. O certame foi repetido por meio da Concorrência 03/2022.

Custo estimado da contratação ----- R\$ 10.136.308,40

3) Concorrência 03/2022 - Contratação de empresa de engenharia para continuidade da Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís (6ª Etapa), incluindo os serviços de cobertura, revestimento, pavimentação, instalações hidrossanitárias, elétricas, cabeamento estruturado, climatização, combate a incêndio, CFTV e demais serviços necessários à recomposição da funcionalidade do imóvel.

10 empresas participaram: 3 foram inabilitadas e 7 foram habilitadas.

A vencedora foi a empresa de pequeno porte CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA.

Custo estimado da contratação ----- R\$ 10.136.308,58

Valor adjudicado -----R\$ 9.008.905,71

Mais informações

## Comissão Permanente de Apoio à Gestão de Contratações



A Comissão apoiou a gestão de 20 contratos de terceirização (mão de obra dedicada) e a de 45 contratos de locação.

Mais informações

## Conselho de Apoio à Gestão Orçamentária e de Contratações



**Coordenação:** Secretaria de Administração e Finanças.

Realizou 4 (quatro) reuniões para tratar sobre: Execução Orçamentária 2021; Planejamento Orçamentário 2022; Proposta Orçamentária 2023; Reforma do Fórum Eleitoral (6ª etapa); Aquisição de novo Data Center; Execução do Orçamento Ordinário e de Pleitos Eleitorais; Indicadores Orçamentários; Execução de Restos a Pagar e Acompanhamento das contratações; 3ª e última fase de Créditos Adicionais de 2022.

Mais informações

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Gestão de Pessoas e Saúde

### Comitês

Gestão de Pessoas  
e  
Gestor Local de  
Atenção Integral à  
Saúde de  
Magistrados e  
Servidores



### Gestão de Pessoas e Gestor Local de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores



- Nas reuniões realizadas, houve as seguintes deliberações:
  - Aprovação do Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas;
  - Regulamentação da Instrução Normativa de Qualidade de Vida no Trabalho;
  - Instituição da Política de Sucessão;
  - Alteração da forma de pagamento do Benefício do Auxílio Saúde.

Mais informações 

## Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

### Acessibilidade, Inclusão, Sustentabilidade e Diversidade

Comissão  
Gestora do  
Plano de  
Logística  
Sustentável  
(PLS)



Comissão  
Interna de  
Conservação  
de Energia  
Elétrica



Comissão  
Permanente de  
Acessibilidade  
e Inclusão



Comissão  
Permanente  
de Políticas de  
Gênero e  
Cidadania  
(TRE Mulheres)



Comissão de  
Prevenção e  
Enfrentamento  
do Assédio  
Moral e do  
Assédio Sexual



## Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGLS)



- Recolhimento de impressoras nos setores com mais de uma;
- Atendimento parcial das solicitações de papel A4 enviando apenas 50% dos pedidos, considerando a série histórica dos setores;
- Destinação adequada de parte dos resíduos da manutenção predial;
- Reciclagem: destinação dos resíduos recicláveis às cooperativas parceiras;
- Redução de despesas com telefonia móvel;
- Redução de despesas com telefonia fixa;
- Capacitação aos terceirizados sobre uso eficiente de produtos de limpeza;
- Revisão do normativo interno (05/2017), referente aos critérios de sustentabilidade nas contratações, segundo a Resolução CNJ 400/2021;
- Fortalecimento das compras compartilhadas;
- Pesquisa junto às Zonas Eleitorais do interior, visando definir as quantidades mensais necessárias de garrações de 20 litros de água mineral;
- Ampliação da quantidade de Parcerias com entidades ou cooperativas de reciclagem, via Chamada Pública;
- Regulamentação, por meio da Portaria nº 809/2022, sobre o uso de copos descartáveis;
- Aquisição de canecas;
- Estímulo às capacitações em equidade, diversidade e ODS;
- Incentivo à ampliação e fortalecimento do projeto Logística Integrada de Veículos;
- Campanha de conscientização sobre o uso consciente de água e recursos materiais;
- Usinas Solares: redução das despesas com energia elétrica.

Mais informações

## Comissão Interna de Conservação de Energia Elétrica



Estabeleceu medidas para redução do consumo de energia elétrica do âmbito do Tribunal, notadamente para o período de setembro de 2021 a 28 de fevereiro de 2023.

Mais informações

## Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão



- Alterações arquitetônicas nos imóveis do Tribunal;
- Acessibilidade digital, interpretação em linguagem brasileira de sinais, legenda e audiodescrição para as manifestações públicas veiculadas na no sítio da internet;
- Suprir as Zonas Eleitorais com sinalização (placas permanentes) de Atendimento Preferencial; ;
- Criação de vídeos educativos sobre acessibilidade;
- Ampliação, para 80,59%, do número de seções com acessibilidade por local de votação;
- Realização do Projeto “Central de Libras nas eleições” nos 1º e 2º turnos, desenvolvido por alunos voluntários do curso avançado de intérpretes de LIBRAS;
- Capacitação e sobre acessibilidade para as eleições;
- Realização do cadastro de servidores, magistrados, terceirizados, estagiários e demais colaboradores PCD realizado por equipe técnica da STIC;
- Contratação de intérpretes de Libras, de serviços de audiodescrição e de legendagem para as sessões plenárias transmitidas ao vivo, eventos e demais atividades desenvolvidas por este Tribunal;
- Realização de capacitação e conscientização sobre acessibilidade para as eleições;
- Atualização da composição da Comissão e da Resolução nº 9.493/2019, que trata sobre acessibilidade e inclusão no TRE-MA, em cumprimento à Resolução CNJ 401/2021.

Mais informações



Criação da Ouvidoria da Mulher, Resolução TRE-MA nº 9.981/2022;

[Mais informações](#)

- **Termo de Cooperação nº 07/2022**

Entre o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), a Procuradoria Regional Eleitoral do Maranhão (PRE), a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Maranhão (OAB-MA) e a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM) para acompanhamento das candidaturas femininas nas eleições gerais de 2022 e o combate à desinformação no processo eleitoral.

[Mais informações](#)

Solenidade de abertura de eventos comemorativos dos 90 anos da Justiça Eleitoral solenidade ressalta a história e a conquista do voto feminino.

[Mais informações](#)

- **Programa TRE-MA em ação**

Realização de palestras, debates e rodas de conversa nas cidades de Timon, Caxias, Codó, Imperatriz, Açailândia, Santa Inês, Bacabal e Pedreiras.  
Temática: violência política de gênero, candidaturas fictícias, assédio e desinformação.

[Mais informações](#)

[Mais informações](#)

[Mais informações](#)

[Mais informações](#)

- **Programa Fale Maria instituído por meio do Ato nº 80/2022**

Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, com o objetivo de incentivar servidoras(es), colaboradoras(es) das empresas terceirizadas e magistradas(os) a denunciarem situações de violência doméstica e familiar que estejam vivenciando no ambiente de trabalho ou que tenham conhecimento.

[Mais informações](#)

- **Capacitação “Gênero e Patriarcado no contexto do judiciário”**

Facilitação: juíza Marcela Lobo, titular da 3ª Vara Criminal de Caxias

Público-alvo: servidores(as) da Seção de Saúde e Qualidade de Vida e os(as) membros das Comissões de Políticas de Gênero e Cidadania (TRE Mulheres), de Ética e de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual.

[Conteúdo em vídeo](#)

- **Seminário “Patriarcado e Gênero: desconstruindo paradigmas”**

Transmitido na íntegra pelo youtube.

[Conteúdo em vídeo](#)

[Mais informações](#)

- **Evento no TSE em comemoração ao Dia da Consciência Negra tem participação da presidente do TRE-MA**

A desembargadora Angela Salazar, única mulher negra presidente de TRE, foi aplaudida de pé após discursar durante a abertura do Encontro “Democracia e Consciência Antirracista na Justiça Eleitoral”.

O evento pode ser assistido na íntegra no canal do TSE no YouTube:

[Conteúdo em vídeo](#)

[Mais informações](#)

Comissão de Prevenção e Enfrentamento  
do Assédio Moral e do Assédio Sexual



- Instituição da nova composição da Comissão;
- Definição do modo de acolhimento das denúncias;
- Realização de capacitações para juízes(as) eleitorais, por meio da parceria com o TJ-MA;
- Realização de capacitação *on-line* para 31 servidores, sobre o tema: “Assédio moral e assédio sexual no trabalho - natureza, causas, implicações e possibilidades de enfrentamento”;
- Divulgação de vídeo institucional:

[Mais informações](#)

[Mais informações](#)

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Riscos, Integridade e Ética

Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR)



Núcleo de Apoio à Gestão da Integridade (NAGI)



Rede de Controle da Gestão Pública (Rede de Controle MA)



Comissão de Ética



## Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR)



- Realização de 3 oficinas de *Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos*;
- Mentoria em Mapeamento e Processos e Gestão de Riscos para a Seção de Dados Estratégicos e de Controle (SEDEC);
- Assessoria prestada pela Seção de Modernização da Gestão (SEMOG) à Seção de Análise de Contas Eleitorais e Partidárias (SECEP), para mapeamento e gestão de riscos do processo de análise da prestação de contas dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para atendimento da requisição do Tribunal de Contas da União (SEI 0005762-28.2022.6.27.8000).

- Reuniões:
  - Para avaliar a maturidade em gestão de riscos do TRE-MA no ano anterior; definir que os riscos altos e críticos serão comunicados ao NAGR, este fará a análise e, posteriormente, a encaminhará ao Conselho Gestor; deliberar que os riscos de segurança da informação e de integridade poderão ser inseridos na Política de Gestão de Riscos em futuras revisões, à medida que sua necessidade fique mais clara e o órgão apresente maior maturidade nesse assunto.
- Gestão do Conhecimento
  - Na última oficina de Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos, foi apresentado o manual da Seção de Modernização da Gestão (SEMOG) e a metodologia utilizada para sua elaboração, como uma proposta de manualização das rotinas de trabalho das unidades, visando promover uma melhor gestão do conhecimento institucional.

Mais informações

## Núcleo de Apoio à Gestão da Integridade (NAGI)



Conteúdo em vídeo

Mais informações

- Aprovação do Plano de Integridade, por meio da Resolução TRE-MA nº 9.959/2022;
- Inserção das ações de tratamento de riscos à integridade no SIGGO (Sistema de Gestão e Governança);
- Alteração da composição do NAGI, conforme Portaria nº 918/2022;
- Participação na 2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Implementação Prática do Roteiro de Atuação, apresentação do roteiro de atuação do E-Prevenção e Gestão da Ética e da Integridade: Controles Preventivos;
- Compartilhamento de conteúdo sobre Ética e Integridade com os membros do NAGI e da Comissão de Ética.
- Capacitação: Teoria comportamental no desenvolvimento da cultura de integridade.

## Rede de Controle da Gestão Pública (Rede de Controle MA)



Mais informações

Mais informações

Atua por meio de acordo de Cooperação Técnica celebrado por vários órgãos com a finalidade de ampliar e aprimorar, de modo expresso e efetivo, a articulação de parcerias entre os órgãos públicos partícipes, nas diversas esferas da Administração Pública com atuação no Estado do Maranhão com o objetivo de desenvolver ações direcionadas à fiscalização da gestão pública, ao diagnóstico e combate à corrupção, ao incentivo e fortalecimento do controle social, ao tráfego de informações e documentos, ao intercâmbio de experiências e à capacitação dos seus quadros. O TRE-MA passou a integrar essa Rede desde março 2015, por meio do 2º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica.

## Comissão de Ética

(Código de Conduta Ética do TRE-MA)



Mais informações

Resolução n.º 9.923/2022 alterada pelas Resoluções nº 10.007 e 10.019/2022, visando regulamentar o instituto do conflito de interesses neste Tribunal, bem como atualizar os normativos de ingresso de servidores, considerando padrões de integridade.

# Apoio da estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

## Informação, Memória e Proteção de dados



## Comissão de Gestão da Memória



Tem como uma de suas atribuições fomentar a interlocução e a cooperação entre as áreas de Arquivo, Museu, Memorial, Biblioteca e Gestão Documental:

Atividade	Período
Reunião para discussão acerca da realização do Café, arte e literatura: Centenário da Semana de Arte Moderna de 1922	08/03/22
Realização do café, arte e literatura, com o seguinte tema: Semana da Arte Moderna	03/05/22
Reuniões com o Cerimonial e Assessoria de Comunicação para exposição externa dos objetos da Memória do Tribunal	março e abril
Stand de exposição no Shopping São Luís, com objetos da Memória	abril e maio
Participação da servidora Maria Izabel Everton Álvares no II Encontro Nacional de Memória do Poder Judiciário – História, Memória e Patrimônios	10 a 13/05/22
Visitação guiada com membros do exército Brasileiro ao Centro de Memória do TRE	agosto
Idealização do Projeto Vila Capim: Leitura Para a Cidadania. O instrumento de medida utilizado na pesquisa foi um questionário elaborado pela equipe da Biblioteca da TRE, no mês de setembro, onde foram ouvidos os pais de 36 crianças sendo 22 meninos e 14 meninas	setembro
Atualização das normas da Biblioteca “Padre João Mohana”: Resolução sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções; Regulamento do Serviço e de instituição da Comissão do Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca	em andamento

Mais informações

## Comissão de Gestão Documental (CGD)



Implantação das plataformas AtoM e Archivematica como estratégias de preservação digital de acervo arquivístico, conforme as especificações técnicas das áreas de Tecnologia da Informação e de Gestão Documental.

- instalou a ferramenta Archivematica, que é um repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), desenvolvido como software livre, gratuito e de código aberto, projetado para manter os dados em padrões de preservação digital e o acesso a longo prazo.

O software AtoM foi instalado como plataforma de acesso público aos documentos que estão na plataforma Archivematica. Endereço do AtoM disponível para usuários externos (fora da Justiça Eleitoral) e interno (servidores, terceirizados etc): <https://memoria.arquivo.tre-ma.jus.br>

Atividade	Período
Reunião para discussão acerca da digitalização dos documentos permanentes do arquivo	07/04/22
Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça do Maranhão nº 46/22 para viabilizar ao TRE-MA o apoio técnico especializado de ARQUIVISTA, visando a adoção de métodos, técnicas, sistemas e outros recursos de gestão documental, primando pela eficiência nessa área administrativa, com ênfase no tratamento, organização de fluxo de trabalho e acesso a expedientes e documentos	30/08/22
Visitas ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão	junho a setembro
Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí nº 16/22, com o objetivo de estabelecer o intercâmbio entre os partícipes para viabilizar ao TRE-MA o apoio técnico especializado de ARQUIVISTA, visando a adoção de métodos, técnicas, sistemas e outros recursos de gestão documental primando pela eficiência nessa área administrativa, com ênfase no tratamento, organização de fluxo de trabalho e acesso a expedientes e documentos.	08/11/22
Reuniões online com o arquivista do TRE-PI	julho a outubro
Quantidade de documentos armazenados RDC-Arq: 3.831	19/12/22
Quantidade de documentos armazenados no software AtoM: 7.449	19/12/22

Mais informações

## Comissão de Segurança da Informação (CSI)



No ano de 2022, foi iniciada a aquisição conjunta com outros TREs, de diversas ferramentas e equipamentos para reforçar a segurança da informação, seguindo um plano definido nacionalmente. Foi também priorizada a capacitação das áreas técnicas e o desenvolvimento de normas que irão facilitar a implantação de novas formas de trabalho seguindo as melhores práticas do mercado. A preocupação com a proteção e privacidade de dados pessoais foi também priorizada com a realização de treinamento para todos os servidores visando a formação de uma consciência em proteção de dados pessoais.

Mais informações 

## Valor Público



**235.289**  
Alistamentos



**94.352**  
Revisões



**108.907**  
Transferências



**34.793**  
Segundas  
vias



**19.555**  
Cancelamentos  
por óbitos



**74.464**  
Regularizações  
por pagamento  
de multa



**505** Notícias de irregularidade em propaganda eleitoral (NIPE) autuadas.

**1º**

**Grau**

Casos Novos **4.736**

Casos Pendentes **3.824**

Casos Baixados **5.955**

**2º**

**Grau**

Casos Novos **5.626**

Casos Pendentes **1.351**

Casos Baixados **2.261**

## Processos físicos x digitais

### 1º Grau

Processos físicos convertidos em autos eletrônicos **19**

Processos físicos pendentes tramitando **30**

### 2º Grau

Processos físicos convertidos em autos eletrônicos **não houve**

Processos físicos pendentes tramitando **20**

Fonte: Painel de estatística do CNJ

## Resultados Institucionais

Ano	Ranking da Transparência	Prêmio CNJ de Qualidade	Índice de Governança e Gestão do TCU - IGG	
			Percentual	Nível
2017	-	Ouro	36%	Inicial
2018	74,45%	Ouro	56%	Intermediário
2019	76,23%	Prata	*	*
2020	84,21%	-	*	*
2021	93,30%	Ouro	65,3%	Intermediário
2022	94,36%	Prata	*	*

(\*) Pesquisa diagnóstica IGG não realizada pelo TCU

## Variáveis de Litigiosidade

### 1º Grau

### 2º Grau

Casos Novos	<b>2.368</b>	<b>2.813</b>
Casos Pendentes	<b>3.824</b>	<b>1.351</b>
Casos Baixados	<b>5.955</b>	<b>2.261</b>
Decisões Terminativas	-	<b>2.580</b>
Sentenças no 1º grau	<b>24.951</b>	-

## Metas Nacionais

### 1º Grau

### 2º Grau

Meta 1	<b>137,96%</b>	<b>95,74%</b>
Meta 2	<b>101,01%</b>	<b>113,34%</b>
Meta 4	<b>163,06%</b>	<b>171,43%</b>
Meta 9	<b>Resultado: 100%</b>	
Meta 10	<b>Resultado: 100%</b>	

# Resultado da Estratégia 2022

## Mapa Estratégico 2021-2026

# Mapa Estratégico

2021 - 2026

**VALORES**

- Ética
- Inovação
- Efetividade
- Transparência
- Diversidade e Inclusão
- Responsabilidade socioambiental

**MISSÃO**  
Fortalecer a democracia por meio do processo eleitoral

**VISÃO**  
Ser reconhecido pela excelência do processo eleitoral



● CUMPRIDO ● NÃO CUMPRIDO ● CUMPRIDO PARCIALMENTE ● NÃO MENSURADO NO PERÍODO

## Alcance dos Objetivos Estratégicos

### Legenda

-  CUMPRIDO
-  NÃO CUMPRIDO
-  CUMPRIDO PARCIALMENTE
-  NÃO MENSURADO NO PERÍODO

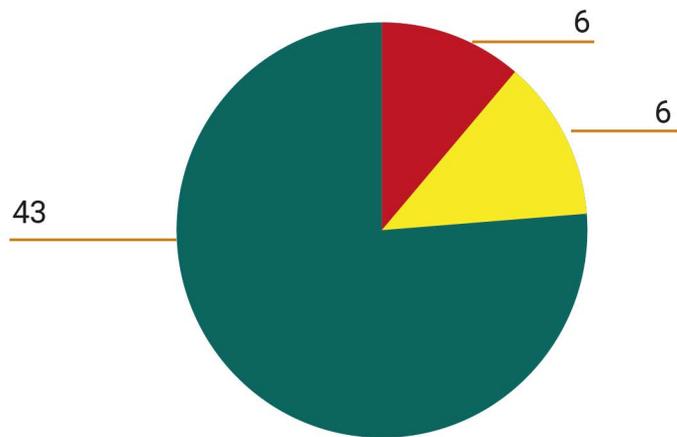
PERSPECTIVA DE RESULTADOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar o atendimento de excelência	106,13%	
Garantir a efetiva participação popular no processo eleitoral	101,90%	
Garantir a legitimidade do processo eleitoral	114,75%	

PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	114,57%	
Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	31,68%	
Fortalecer o combate à fraude e corrupção no processo eleitoral	140,58%	
Implementar mecanismos de integridade institucional	82,05%	
Realizar eleições céleres, seguras e transparentes	97,11%	

PERSPECTIVA DE GESTÃO E INOVAÇÃO	PERCENTUAL	SITUAÇÃO
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	376,54%	
Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	97,13%	
Fortalecer a governança institucional	117,36%	
Promover a proteção de dados e segurança cibernética	93,94%	
Promover transformação digital e inovações tecnológicas	252,31%	
Implementar política de gestão de pessoas	107,14%	
Promover a gestão do conhecimento	-	

# Desempenho dos Indicadores e Projetos

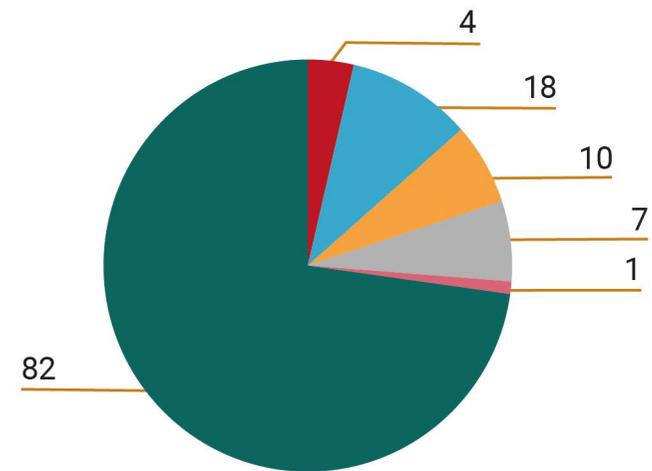
Panorama dos Indicadores



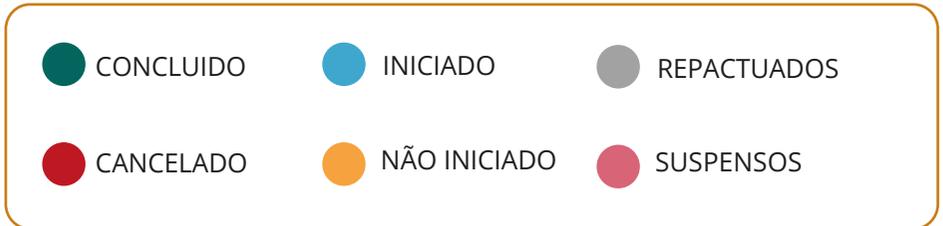
Legenda



Panorama das Ações e Projetos



Legenda



## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições cêleres, seguras e transparentes
Definir processo de trabalho para elaboração anual da proposta orçamentária	✓									
Estabelecer procedimento para acordar os níveis de serviço com as demais áreas de negócio internas à organização (Acordo de Nível de Serviço - ANS)		✓								
Implementar piloto de gestão de projetos de tecnologia da informação		✓								
Realizar a auditoria da "votação paralela" em local de grande circulação		✓								
Coordenar as ações de saneamento dos dados judiciais do 2º grau para o sistema DATAJUD (Prêmio CNJ 2022)			✓							
Coordenar as ações desaneamento dos dados judiciais do 2º grau para o sistema DATAJUD (Prêmio CNJ 2023)			✓							
Digitalizar serviço de solicitação de eleições parametrizadas			✓							
Digitalizar serviço de solicitação de locais de votação			✓							
Instituir o Núcleo de Apoio à Atividade Processual			✓							
Realizar monitoramento mensal dos processos pendentes de julgamento, dando destaque aos feitos prioritários			✓							

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições cêleres, seguras e transparentes
Promover e divulgar cursos e eventos jurídicos de atualização e aprimoramento sobre o processo eleitoral, tendo por público alvo os juízes eleitorais, com vistas ao aprimoramento das competências laborais e ao atendimento de excelência, em 2022			✓							
Aprimorar protocolo de testes antecipados				✓						
Definir de forma participativa as prioridades que demandam recursos orçamentários				✓						
Desenvolver Campanhas Publicitárias e Conteúdos Digitais				✓						
Desenvolver ações de combate às fake news				✓						
Divulgação das formas e canais de denúncia				✓						
Estabelecer meios de controle para o cumprimento dos atos previstos nas normas do TRE e TSE				✓						
Facilitar o acesso ao cidadão para denunciar fraudes ou tentativas de corrupção				✓						
Implantar a Ouvidoria da Mulher no TRE-MA				✓						
Intensificar ações de incentivo ao controle social				✓						
Otimizar a logística de distribuição e recolhimento de urnas e mídias de resultado				✓						
Promover a realização de audiências públicas, esclarecendo cada etapa do processo eleitoral				✓						

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
Adotar política de ética para os gestores e colaboradores que atuam na área de contratações					✓					
Aquisição de canecas para uso da força funcional					✓					
Atualizar o sistema de cadastro de servidores, magistrados, estagiários, terceirizados e demais colaboradores do TRE-MA (PcD)					✓					
Atualizar os instrumentais utilizados na Gestão de Riscos, Projetos e Processos					✓					
Atualização da Resolução nº 9.493/2019 TRE-MA					✓					
Aumentar a quantidade de Termos de Parceria com entidades ou cooperativas de reciclagem pelo interior do Estado					✓					
Campanha de conscientização de servidores (as) quanto ao uso consciente de água					✓					
Campanha de conscientização sobre o uso dos recursos materiais.					✓					
Criar mecanismos para atrair e reter colaboradores na área de contratações					✓					
Definir critérios para o processo de trabalho de gestão de contratos, quando à avaliação de critérios de indicação dos gestores e fiscais de contrato					✓					
Definir que as equipes de planejamento das contratações serão selecionadas de modo que pelo menos um dos seus integrantes possua capacitação em gestão de riscos					✓					
Divulgar e sensibilizar os gestores sobre a importância da Gestão de Riscos					✓					

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
Gerir os riscos dos processos de trabalho da seleção dos fornecedores e gestão de contratos					✓					
Realizar 3 Oficinas de Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos					✓					
Realizar projeto piloto de mentoria em Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos					✓					
Resguardar a divulgação ao público externo, dos planos de enfrentamento aos riscos					✓					
Restrição de uso de copos descartáveis.					✓					
Revisar o Plano de Diretrizes 2022/2023					✓					
Sinalização de Atendimento Preferencial: Distribuir placas para o TRE e Zonas					✓					
Impulsionar a Gestão da Inovação, participando das reuniões do LIODS-JE, subgrupos, TREMALAB, e auxiliando na adoção das medidas determinadas					✓					
Impulsionar a Logística Integrada de Veículos					✓					
Impulsionar a transparência no TRE-MA					✓					
Impulsionar as capacitações baseadas nos ODS					✓					
Impulsionar capacitações em Acessibilidade e Inclusão Social					✓					
Impulsionar capacitações em equidade e diversidade					✓					

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições cêleres, seguras e transparentes
Incentivar a propositura de ideias e, em sendo adotada, dar os créditos à autoria					✓					
Assessorar as unidades na identificação e priorização dos riscos de integridade, estabelecendo medidas para tratamento						✓				
Atualizar os normativos de ingresso de servidores comissionados, magistrados e membros da Corte, considerando padrões de integridade, incluindo alteração do art. 47 do novo código de ética para, a fim de incluir magistrados e membros da Corte						✓				
Atualizar os normativos de ingresso de servidores efetivos, considerando padrões de integridade						✓				
Criar normativo que trate sobre questões éticas como recebimento de benefícios ou brindes e conflito de interesse por parte de membros ou servidores, instituindo Termo de Adesão						✓				
Definir e formalizar parâmetros para identificação de quais situações se enquadram como ilícitos civis e como ilícitos penais, procedendo o enquadramento, responsabilidade e rito do ajuizamento						✓				
Divulgação do novo Código de Ética e Conduta						✓				
Elaborar o Plano de Integridade organizacional						✓				
Elaborar um normativo que estabeleça regras uniformes para tratar conflito de interesses e estabeleça critérios para formação das equipes de investigação interna de incidentes de fraude e corrupção, com termo de confidencialidade.						✓				

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
Estabelecer formalmente a obrigação de os servidores tornarem pública qualquer participação em eventos que obtenham vantagem pessoal, divulgando eventual remuneração						✓				
Formalizar a obrigatoriedade quando da designação ou ingresso de membros da Corte e alta administração para firmarem compromisso com os valores fundamentais e padrões de conduta estabelecidos						✓				
Instituir métodos e critérios para identificar variações significativas de patrimônio dos funcionários com base nas declarações de bens e rendas						✓				
Aquisição de livros 2022							✓			
Café, arte e literatura							✓			
Definir e documentar os perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações de colaboradores							✓			
Identificar as ocupações críticas da organização							✓			
Identificar e documentar as lacunas de competências dos colaboradores e gestores							✓			
Instituir procedimentos estruturados para identificar os motivos dos pedidos de movimentação interna dos colaboradores da organização							✓			
Instituir programa de sucessão							✓			

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições cêleres, seguras e transparentes
Instituir programa(s) permanente de qualidade de vida no trabalho							✓			
Levantar os riscos nos processos de trabalho da SGP, inclusive relativos a possibilidade de atos de fraude e corrupção e respectivos indicadores de detecção (sinais de alerta) para as atividades da organização, sejam nos procedimentos administrativos ou informatizados							✓			
Criação de vídeos sobre acessibilidade e inclusão para o público interno e externo								✓		
Dar ampla divulgação nas redes internet e intranet das ações de repercussão geral								✓		
Game Eleições 2022								✓		
Regulamentar a elaboração, alteração e publicação de normas internas e sua divulgação no âmbito da TRE/MA								✓		
Definir e executar atividades de gestão da segurança dos recursos de processamento da informação, inclusive dos recursos de computação em nuvem									✓	
Desenvolver Plano de Continuidade dos Serviços Essenciais de TIC									✓	
Estudar e propor a reformulação do Processo de Gerenciamento de Riscos existente para abranger riscos de Segurança da Informação									✓	

## Ações e projetos concluídos em 2022 por Objetivo Estratégico

PROJETO	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Assegurar efetividade e integridade da prestação jurisdicional	Evidenciar à sociedade a celeridade, segurança e transparência do processo eleitoral	Fortalecer a governança institucional	Implementar mecanismos de integridade institucional	Implementar política de gestão de pessoas	Promover a gestão do conhecimento	Promover a proteção de dados e segurança cibernética	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
Implantar serviço de Backup em Nuvem										
Aprimorar processo de seleção dos auxiliares de apoio terceirizados										
Elaborar e disponibilizar na intranet Check List com atividades voltadas para Eleições, destinada aos Chefes de Cartório										
Elaborar protocolos que garantam padronização no cumprimento de todas as formalidades previstas nas Normas do TSE/TRE										
Fazer divulgação das audiências públicas de geração de mídias, carga e lacre das urnas										
Impulsionar o cumprimento de prazos e normas										
Incentivar e divulgar a participação da sociedade na auditoria de urnas										

## Prestação Jurisdicional 2º Grau

### Sessões de julgamentos

167

Ordinárias

127

Jurisdicionais

36

Administrativas

04

Solenes

### Processos eleitorais autuados

Classe	Total
Agravo de Execução Penal	1
Agravo de Instrumento	4
Apuração de Eleição	5
Ação de impugnação de mandato eletivo	1
Ação de investigação judicial eleitoral	7
Ação de justificação de desfiliação partidária/perda de cargo eletivo	9
Carta Precatória Cível	1
Consulta	3
Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento	1
Cumprimento de sentença	1
Direito de Resposta	30
Direitos políticos	114
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - Coincidências	293
Exceção	1
Execução Fiscal	1
Habeas corpus criminal	3
Inquérito policial	6
Mandado de segurança cível	19
Pedido de providências	5
Petição cível	52
Petição Criminal	2
Prestação de contas anual	37

Classe	Total
Prestação de contas eleitorais	973
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	1
Propaganda Partidária	42
Recurso contra expedição de diploma	1
Recurso criminal eleitoral	10
Recurso eleitoral	221
Registro de Candidatura	1022
Regularização de situação de eleitor	59
Representação	404
Representação Especial	6
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas anual	10
Requerimento de regularização de omissão de prestação de contas eleitorais	20
Restituição de Coisas Apreendidas	1
Tutela Antecipada Antecedente	4
Tutela Cautelar Antecedente	12
<b>TOTAL</b>	<b>3.382</b>

### Atos decisórios

Decisões Monocráticas	2.692
Acórdãos	953
<b>TOTAL</b>	<b>3.645</b>

## Comissão de Juízes Auxiliares (CJA)

431 processos foram distribuídos aos membros da CJA (Resolução TRE-MA nº 9.912/2021), para apreciação das reclamações, representações e pedidos de direito de resposta:

Ato	Quantitativo
Decisões	898
Acórdãos	186
Despachos	537
Citações	803
Intimações	4.144
Editais	6
Certidões	2.106
<b>TOTAL</b>	<b>8.680</b>

## Estatística Processual Geral do 2º Grau

Ato	Quantitativo
Autuações	3.382
Decisões	2.696
Acórdãos	1.016
Despachos	3.831
Citações	978
Intimações	14.346
Editais	2.576
Certidões	13.916

## Eleições 2022

### Registro de Candidaturas (Classe RCAND):

**1022**

Pedidos de Registro de Candidaturas

**938**

Julgados até o dia 01/10/2022, véspera das eleições (incluídos tanto os pedidos de candidatos quanto os DRAPs - Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários)

**91,78%**

Processos de Registro de Candidaturas.

### Prestação de Contas Eleitorais

**62**

Processos dos eleitos na circunscrição deste Tribunal estavam julgados antes da diplomação referente ao pleito de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 78, caput, da Resolução TSE nº 23.607/2019.

**55**

Processos de suplentes também foram julgados.

### Notícia de Irregularidade em Propaganda - NIP

**02**

Recursos Eleitorais contra decisões proferidas no 1º grau, em processos de Notícia de Irregularidade em Propaganda (NIP).

### Recursos Internos em processos de Propaganda Eleitoral

Tipo de Recurso	Quantitativo
Agravo Regimental	8
Decisões	153
Acórdãos	160
<b>TOTAL</b>	<b>321</b>

## Metas 2022 - 2º Grau

**Meta 1** **126,12%**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

**Meta 2** **118,85%**

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

**Meta 4** **158,63%**

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 60% dos processos referentes às eleições de 2020 e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Indicadores da Meta 1 2022 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P1.1	Mensal	36	68	66	42	30	53	153	1089	226	66	4	2	1835
P1.2	Mensal	0	1	0	1	2	1	2	4	0	1	0	0	12
P1.3	Mensal	37	69	135	88	97	44	96	769	702	164	82	40	2323
P1.4	Mensal	1	2	1	0	2	0	0	1	0	0	1	1	9
P1.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.7	Mensal	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
P1.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.9	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.10	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento:		102,70%	102,83%	141,62%	154,17%	174,19%	157,62%	125,16%	86,58%	115,09%	119,80%	124,04%	126,12%	126,12%

Indicadores da Meta 2 2022 - Julgar processos mais antigos.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P2.1	Único	85	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	85
P2.2	Único	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
P2.4	Mensal	37	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
P2.5	Mensal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.7	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P2.10	Mensal	3	9	8	4	0	3	6	7	2	2	1	4	54
P2.11	Mensal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
P2.13	Único	572	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	572
P2.14	Único	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Percentual de cumprimento:		109,51%	111,19%	112,52%	113,26%	113,26%	113,82%	114,94%	116,24%	117,55%	117,92%	118,11%	118,85%	118,85%

Indicadores da Meta 4 2022 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P4.1	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	83	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	83
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	2	6	20	11	18	5	2	6	8	0	1	0	79
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento - Eleições 2020:		4,02%	16,06%	56,22%	78,31%	114,46%	124,50%	128,51%	140,56%	156,63%	156,63%	158,63%	158,63%	158,63%

## Prestação Jurisdicional 1º Grau

### Criação do Núcleo de Apoio Processual Eleitoral (NAPE)



A Corregedoria Regional Eleitoral do Maranhão, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição, criou o Núcleo de Apoio Processual Eleitoral (NAPE) para atuação direta na análise de feitos judiciais.



No contexto organizacional, as zonas eleitorais são as unidades administrativas que operam no desempenho das atividades finalísticas desta Justiça especializada, cumprindo papel de relevo na sociedade, notadamente quanto à prestação dos serviços disponibilizados, os quais asseguram o exercício dos direitos políticos ou de cidadania. Não obstante o profissionalismo e a valiosa dedicação dos agentes públicos que amoldam o 1º grau de jurisdição deste Regional, é reconhecido que o déficit de pessoal nas zonas eleitorais tem se revelado como um obstáculo à efetividade da prestação jurisdicional.



Sob tal perspectiva, e considerando a necessidade de reforçar o trabalho do 1º grau de jurisdição, a implantação do Núcleo de Apoio Processual e Eleitoral (NAPE) se mostrou como medida apta a contribuir com a gestão do fluxo de processos e aprimoramento dos índices de produtividade nas zonas eleitorais, mediante a equalização da força de trabalho, advinda da atuação dos servidores em regime de teletrabalho.



O Núcleo é supervisionado pelo Juiz Auxiliar da CRE-MA, Angelo Antonio Alencar dos Santos, e integrado pelos magistrados eleitorais Julio César Lima Praseres, Pedro Guimarães Junior e Nelson Ferreira Martins Filho, cada um presidindo um grupo de trabalho composto por servidores do TRE-MA, que atualmente desempenham suas atribuições em regime de teletrabalho.

A implantação do núcleo ocorreu no mês de junho de 2022, por meio da Resolução TRE-MA nº 9.980/2022. Numa 1ª fase, o NAPE atuou nos processos identificados pela CRE-MA como mais antigos, segundo os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.



Nesta fase, que durou até 31 de julho de 2022, foram analisados aproximadamente 300 processos, muitos dos quais sentenciados e/ou baixados, o que reduziu o acervo de processos antigos de 7% para 4% do total e garantiu a este Regional 25 pontos no indicador “Julgar processos antigos” do Prêmio CNJ de qualidade 2022.



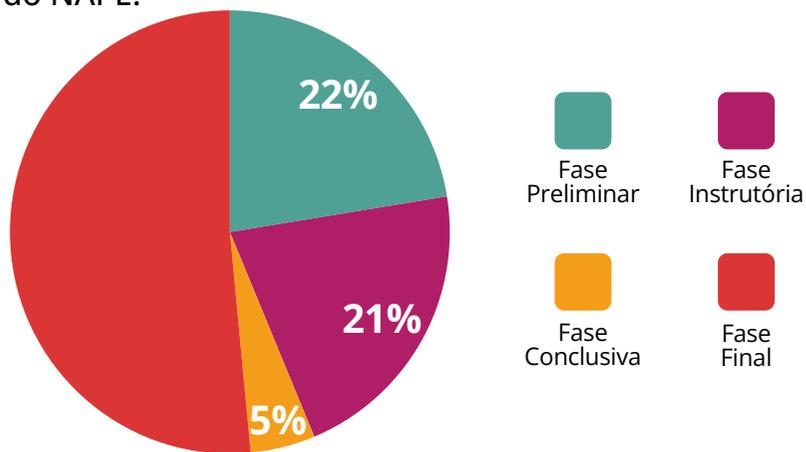
Na 2ª fase, atualmente em execução, o NAPE debruçou-se sobre processos de prestação de contas eleitorais, notoriamente a classe que compõe o maior volume de feitos da Justiça Eleitoral, além de processos sensíveis à sociedade, tais como AIJEs, AIMEs e Ações Penais.

Nesse sentido, dos 629 processos atribuídos ao núcleo, 324 foram sentenciados na 2ª fase, além de outras movimentações como despachos e decisões interlocutórias, conforme dados colacionados a seguir:

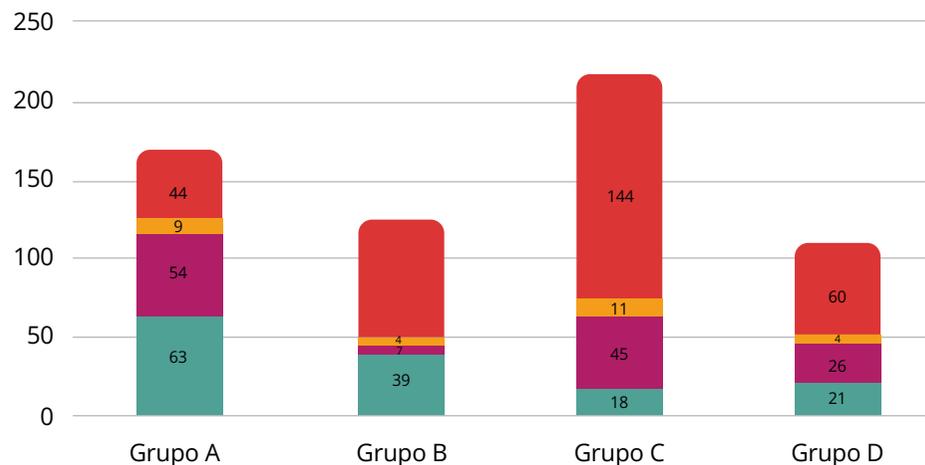
### Distribuição dos processos analisados na 2ª FASE do NAPE.

Fase Processual	Grupo A		Grupo B		Grupo C			Grupo D		Total
Fase Preliminar	APEI	PCE	APEI	PCE	APEI	PCE	OUTROS	APEI	PCE	141 (22,4%)
	9	54	-	39	9	54	-	1	20	
<b>TOTAL</b>	63		39		63			21		
Fase Instrutória	APEI	PCE	APEI	PCE	APEI	PCE	OUTROS	APEI	PCE	132 (21%)
	12	42	1	6	1	38	6	2	24	
<b>TOTAL</b>	54		7		45			26		
Fase Conclusiva	APEI	PCE	APEI	PCE	APEI	PCE	OUTROS	APEI	PCE	32 (5,1%)
	1	8	2	2	2	8	1	-	4	
<b>TOTAL</b>	9		4		11			4		
Fase Final	APEI	PCE	APEI	PCE	APEI	PCE	OUTROS	APEI	PCE	324 (51,5%)
	8	36	1	75	3	122	20	-	60	
<b>TOTAL</b>	44		76		145			60		
<b>TOTAL</b>	<b>170</b>		<b>126</b>		<b>208</b>			<b>111</b>		<b>629</b>

### Distribuição dos processos analisados na 2ª FASE do NAPE.



### Distribuição dos processos analisados na 2ª FASE do NAPE, por grupos.



O NAPE atuou, ainda, em 83 processos da classe Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral (NIPE), auxiliando as zonas eleitorais de São Luís - MA.

### Eleições em unidades prisionais

Apesar da maioria das zonas eleitorais noticiarem a impossibilidade de funcionamento de seção:

- 07** Zonas eleitorais alcançaram êxito no cadastramento
- 328** Presos habilitados para votar
- 69** Servidores(as)/mesários(as) para o exercício do voto
- 08** Seções eleitorais

Foram analisados somente os seguintes documentos, nos requerimentos de Título NET: a) Certidão de Cárccere (comprovante de domicílio) e b) Ficha de Identificação Civil (substituiu os demais documentos de identidade), que foram anexados de forma repetitiva naquela ferramenta.

## Metas CNJ 2022

### Meta 1

168,82%

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

### Meta 2

120,72%

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

### Meta 4

154,11%

Identificar e julgar, até 31/12/2022, 60% dos processos referentes às eleições de 2020 e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

## Indicadores da Meta 1 2022 - Julgar mais processos que os distribuídos.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P1.1	Mensal	46	89	130	55	60	88	188	1125	517	302	33	237	2870
P1.2	Mensal	2	1	10	4	6	20	20	5	0	2	2	4	79
P1.3	Mensal	517	420	602	274	444	338	220	895	884	305	229	311	5439
P1.4	Mensal	5	8	12	8	13	11	16	7	3	4	5	3	95
P1.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.7	Mensal	2	118	117	3	16	12	5	20	1	0	2	4	290
P1.8	Mensal	8	1	1	0	62	87	3	1	1	0	5	39	208
P1.9	Mensal	2	0	2	3	10	3	1	0	1	1	0	2	25
P1.10	Mensal	8	3	4	1	37	32	11	14	1	2	1	31	145
Percentual de cumprimento:		1.065,31%	372,55%	314,69%	332,61%	353,22%	321,84%	280,12%	174,82%	174,19%	166,98%	172,45%	168,82%	168,82%

## Indicadores da Meta 2 2022 - Julgar processos mais antigos.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P2.1	Único	3692	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3692
P2.2	Único	55	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	55
P2.4	Mensal	0	116	137	3	4	9	0	18	0	0	0	0	287
P2.5	Mensal	8	1	1	0	50	43	1	0	1	0	4	28	137
P2.7	Mensal	0	0	2	4	5	0	2	0	0	0	0	0	13
P2.8	Mensal	8	0	3	0	31	18	3	12	1	1	0	23	100
P2.10	Mensal	685	421	556	159	246	238	99	73	80	31	55	29	2702
P2.11	Mensal	3	3	5	2	3	7	9	3	1	4	2	2	44
P2.13	Único	34234	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	34234
P2.14	Único	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Percentual de cumprimento:		114,94%	115,97%	117,40%	117,93%	118,69%	119,39%	119,75%	119,98%	120,24%	120,36%	120,54%	120,72%	120,72%

## Indicadores da Meta 4 2022 - Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P4.1	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	146	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	146
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	1	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	5
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	5
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	2	11	47	11	20	16	11	7	8	0	1	1	135
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Percentual de cumprimento - Eleições 2020:		2,28%	14,74%	68,03%	80,50%	103,88%	119,69%	134,70%	142,69%	151,83%	151,83%	152,97%	154,11%	154,11%

## Dados Gerais Metas CNJ 2022

### Indicadores da Meta 1 2022

- Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P1.1	Mensal	42	89	130	55	60	88	188	1125	517	302	33	237	2870
P1.2	Mensal	2	1	10	4	7	20	23	5	0	2	1	4	79
P1.3	Mensal	517	420	602	274	444	338	220	895	884	306	228	311	5439
P1.4	Mensal	5	8	12	8	13	11	16	7	3	4	5	3	95
P1.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P1.7	Mensal	2	118	105	4	16	12	5	20	1	0	1	4	288
P1.8	Mensal	8	1	1	0	62	87	3	1	1	0	5	39	208
P1.9	Mensal	2	0	1	3	10	3	1	0	1	0	0	2	23
P1.10	Mensal	8	3	4	1	37	32	11	14	1	2	1	32	146

Percentual de cumprimento: 1.065,31% 372,55% 315,32% 332,61% 352,68% 321,45% 279,84% 174,73% 174,13% 166,90% 172,45% 168,87% 168,87%

### Indicadores da Meta 2 2022

- Identificar e julgar, até 31/12/2022, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P2.1	Único	3611	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3611
P2.2	Único	57	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	57
P2.4	Mensal	0	116	103	2	4	9	0	18	0	0	0	0	252
P2.5	Mensal	8	1	1	0	50	43	1	0	1	0	4	28	137
P2.7	Mensal	0	0	1	4	5	0	2	0	0	0	0	0	12
P2.8	Mensal	8	0	3	0	31	18	3	12	1	1	0	23	100
P2.10	Mensal	680	421	509	145	213	238	99	73	80	31	55	59	2603
P2.11	Mensal	3	3	5	2	3	7	9	3	1	4	2	2	44
P2.13	Único	33899	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33899
P2.14	Único	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11

Percentual de cumprimento: 115,07% 116,12% 117,51% 118,00% 118,66% 119,37% 119,73% 119,97% 120,23% 120,35% 120,53% 120,71% 120,71%

### Indicadores da Meta 4 2022

- Identificar e julgar, até 31/12/2022, 60% dos processos referentes às eleições de 2020 e 90% dos processos referentes às eleições de 2018, distribuídos até 31/12/2021, que possam importar na perda de mandato eletivo ou inelegibilidade.

Variável	Período	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
P4.1	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.2	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.3	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.4	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.5	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.6	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.7	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.8	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.9	Único	134	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	134
P4.10	Único	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.11	Mensal	0	1	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	5
P4.12	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.13	Mensal	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0	5
P4.14	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
P4.15	Mensal	2	11	35	11	20	16	11	7	8	0	1	1	123
P4.16	Mensal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Percentual de cumprimento - Eleições 2020: 2,49% 16,05% 59,26% 72,84% 98,26% 115,57% 131,84% 140,55% 150,50% 150,50% 151,74% 152,99% 152,99%

**04**

# Riscos, oportunidades e perspectivas



## Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão começou em 2017 com a Política de Gestão de Riscos (PGR) - Resolução nº 9175/2017, seguindo orientações da Norma ABNT ISO 31000:2009 e do Manual de Gestão de Riscos do TCU, observando os seguintes princípios:

**01**

Transparência, objetividade e dinamismo

**04**

Estímulo ao aperfeiçoamento dos controles internos

**02**

Alinhamento aos contextos interno e externo da organização

**05**

Observância do grau de maturidade de gestão e governança do TRE-MA

**03**

Fomento à integração dos projetos e processos de trabalho

**06**

Aferição da efetividade dos instrumentos de controle de riscos da organização

Mais informações 

## Riscos e Responsabilidades

Adotamos o modelo das 3 linhas de defesa do Instituto de Auditores Internos (IIA), estabelecendo uma estrutura de governança de riscos alinhada à estratégia organizacional, com ênfase na integração de processos, pessoas e sistemas operacionais.

A rede de governança estabelecida pela Política de Gestão de Riscos contempla as unidades organizacionais que detêm a atribuição de atuar nos controles internos e gerenciar riscos, posto que todos os gestores e demais servidores responsáveis por iniciativas estratégicas, táticas, operacionais, processos de trabalho e projetos são responsáveis por gerir os riscos das suas unidades administrativas.



### 1ª Linha de Defesa

Gestores de Riscos

#### ATRIBUIÇÕES

- Selecionar os processos de trabalho e as atividades da sua área de atuação que terão os riscos gerenciados e tratados prioritariamente;
- Identificar, medir, priorizar, tratar, monitorar e controlar os riscos dos processos, projetos e atividades sob a sua responsabilidade, comunicando os planos de gestão de riscos a todos os envolvidos e ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos;
- Encaminhar ao Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos as demandas e relatórios relativos à sua unidade.



## 2ª Linha de Defesa

### Conselho Gestor (Secretários e Diretor-Geral)

#### ATRIBUIÇÕES

- Deliberar sobre as principais diretrizes da política de gestão de riscos e sistemas de controles internos;
- Fomentar a disseminação das diretrizes da Gestão de Riscos;
- Aprovar o apetite aos riscos;
- Deliberar sobre os riscos estratégicos;
- Intervir nos processos decisórios relacionados aos riscos operacionais, de conformidade e de imagem.

### Corregedoria Regional Eleitoral

Disseminar as diretrizes do processo de gestão de riscos no âmbito do 1º grau de jurisdição e acompanhar a aderência dos Juízos Eleitorais ao processo de gerenciamento de riscos.

### Coordenadores e Secretários

Exercer o controle, revisão e orientação dos atos praticados pela 1ª linha de defesa.

### Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos (NAGR)

#### ATRIBUIÇÕES

Como parte integrante da rede de Gestão de Riscos, o NAGR foi implantado em 2018 e, desde então, tem tratado dos seguintes temas:

- Manual de Gestão de Risco
- Níveis de Risco
- Apetite ao Risco
- Formas de Análise
- Método para Análise
- Monitoramento
- Tratamento de Risco de acordo com o nível
- Agenda de Reuniões
- Planilha Documentadora
- Ausência de Integrantes
- Categorias de Risco

O NAGR é intersetorial e auxilia a alta administração na execução da gestão de riscos ao analisar os planos de gestão elaborados pelos gestores das unidades administrativas e sobre eles lançar um olhar mais amplo.

- Gerenciar e apoiar a implantação da política de Gestão de Riscos;
- Monitorar, sistematicamente, o cumprimento da política, com vistas a assegurar a sua eficácia e o cumprimento dos objetivos, sugerindo melhorias para os procedimentos adotados;
- Consolidar e submeter à apreciação do Conselho Gestor os relatórios de gestão dos riscos estratégicos, identificando os que possam impactar os objetivos do Tribunal;
- Monitorar a efetividade da gestão dos riscos estratégicos, operacionais, de imagem e de conformidade;
- Atuar como órgão consultivo, auxiliando os gestores na identificação, análise, avaliação dos riscos e na elaboração dos planos de gestão a serem adotados nas suas atividades.



## 3ª Linha de Defesa

### Auditoria Interna

#### ATRIBUIÇÕES

Unidade administrativa que exerce atividade autônoma e independente de avaliação e consultoria com o objetivo de agregar valor às operações do Tribunal, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, devendo:

- Atuar na 3ª linha de defesa na gestão de riscos do Tribunal.

- Planejar, orientar, coordenar e supervisionar as atividades de auditoria e fiscalização dos atos de gestão praticados pelos responsáveis pela execução orçamentária, financeira, patrimonial, pela gestão de pessoas e de tecnologia da informação e comunicação;

- Avaliar os resultados dos atos de gestão quanto à economicidade, eficiência e eficácia;

- Apoiar o órgão de controle externo no exercício de sua missão institucional, na Governança, e, dentre outras funções, avaliar as atividades da 1ª e 2ª linhas de defesa no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

## Assessoramento

COGEM- Coordenadoria de Gestão Estratégica e Modernização

SEMOG - Seção de Modernização da Gestão



## Processo de Gestão de Riscos



## Assessoramento

### Manual - Planilha - Cartilha

O **Manual** da Gestão de Risco e a **planilha** documentadora são instrumentos que orientam e documentam a análise e as ações de enfrentamento de quaisquer riscos sejam ameaças ou oportunidades, leves ou críticos, com impactos operacionais ou na estratégia. Já a **cartilha** visa dar uma visão geral, mais simples e com indicações de o que é a gestão de riscos, como fazê-la e onde encontrar ajuda, ressaltando a importância de se fazer previamente o mapeamento do processo a ser analisado.

## Evolução da Gestão de Riscos

**2018** a política de gestão de riscos foi integralmente implantada no âmbito do macroprocesso Eleição, focando os 27 processos finalísticos e de apoio, que existiam à época.

**2019** considerando as informações obtidas em avaliações de pleitos anteriores, reanalisou-se os riscos de todos os processos, como etapa integrante do Planejamento Integrado das Eleições (PIE) 2020. Além disso, em 2019, a gestão de riscos foi contemplada como etapa final do mapeamento dos processos de trabalhos das demais unidades, prática que vem evoluindo a cada ano.

**2020** houve a revisão e adequação do PIE em relação às novas diretrizes, devido à pandemia.

**2021** identificou-se 249 riscos nos processos de Eleição, sendo 84 classificados como altos e críticos e 6 da categoria estratégico.

## Como acontece a Gestão de Riscos

Os riscos são identificados como:

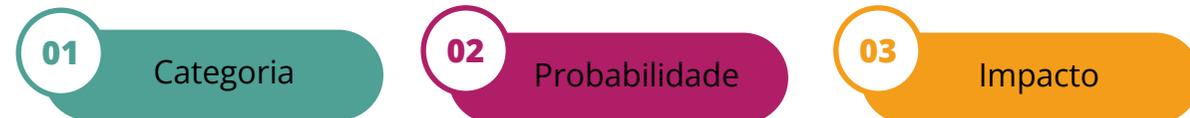


classificados em categorias:



Assim, classificam-se os riscos que afetam a capacidade de a organização gerar valor em curto, médio e longo prazo, tratando-os de forma a prevenir ou mitigar os impactos de ameaças, bem como aplicando meios para aproveitar oportunidades.

Em seguida, verifica-se a probabilidade de o evento de risco ocorrer e o impacto que poderá causar na categoria e no objetivo do processo. Em continuidade, o nível de risco então é encontrado, considerando três variáveis:



Todos os riscos altos, críticos ou com impacto na estratégia, são submetidos à reanálise pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Riscos e, em seguida, são encaminhados ao conhecimento da administração superior, do Conselho Gestor e do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau, os quais, tecem considerações, sugerem melhorias e validam as ações de tratamento a serem tomadas, tanto no enfrentamento às ameaças, como no aproveitamento de oportunidades.

Vale mencionar que riscos e seus tratamentos não são disponibilizados na internet do Tribunal, por uma questão de segurança da informação, visando não expor as vulnerabilidades da instituição.

Mais informações

## Perspectivas Futuras

Tendo em vista a nova estrutura organizacional do TRE-MA, implantada pela Resolução n. 9882/21, inaugurou-se novo contexto favorável ao aprimoramento da gestão de riscos. Isso porque o novo regulamento prevê expressamente que todas as unidades administrativas têm como atribuição mapear e analisar os riscos dos processos críticos da unidade, adotando medidas preventivas, corretivas e proativas.

Além disso, o TRE-MA busca alcançar a plenitude do nível aprimorado no índice de maturidade global de gestão de riscos, que contempla:

### Ambiente

- Liderança
- Políticas e Estratégias
- Pessoas

### Parcerias

- Gestão de Riscos em Parcerias
- Planos e Medidas de Contingências

### Processos

- Identificação e Análise de Riscos
- Avaliação e Resposta a Riscos
- Monitoramento e Comunicação

### Resultados

- Melhoria dos Processos de Governança
- Resultados-chave da Gestão de Riscos

## Desafios Futuros



Revisar as normas atinentes à Gestão de Riscos:

- Atualizar as categorias de avaliação do risco
- Definir o apetite a risco



Iniciar a análise dos riscos nas parcerias firmadas por este Tribunal



Atualizar o Plano de Comunicação da Gestão de Riscos e implementá-lo



Elaborar os Planos de Continuidade de Negócio por área



Atualizar a cadeia de valor e elaborar arquitetura de processos do TRE-MA



Disseminar a cultura da Inovação



Publicar a metodologia de processos atualizada



Implantar a Gestão da Integridade, do Conhecimento e do Controle de Qualidade

**05**



## Conformidade e eficiência da gestão

## Pessoas

### Teletrabalho

O teletrabalho constitui modalidade de trabalho realizado a distância, com a segurança exigida pelo serviço, mediante acesso remoto e utilização de tecnologias de informação e de conhecimento, com flexibilidade de horário e efeitos jurídicos equiparados àqueles decorrentes da atuação presencial.

Consiste na execução das atividades por servidores fora das dependências do Tribunal, mediante o alcance da meta de produtividade em substituição ao cumprimento da carga horária da jornada de trabalho.

24

Analista Judiciário

22

Técnico Judiciário

46

Servidores ao total

### Normativos

Portaria 1121/2021 - Altera o art. 5º da Portaria nº 450/2021 TRE-MA/PR/DG/SGP, de 23 de março de 2021, que regulamenta as atividades dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão a serem executadas remotamente, sob o regime de teletrabalho, e estabelece diretrizes, termos e condições para sua implementação;

Portaria TRE-MA nº 450/2021 - Regulamenta as atividades dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão a serem executadas remotamente, sob o regime de teletrabalho, e estabelece diretrizes, termos e condições para sua implementação;

Resolução TRE-MA nº 9.816/2021 - Institui condições especiais de trabalho aos servidores com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, ou aqueles que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessas mesmas situações, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;

Resolução TRE-MA nº 9810/2021 - Dispõe sobre o regime especial de teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;

Resolução TRE-MA nº 9550/2019 (formato PDF) - Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Mais informações 

## Mecanismos de controle adotados na gestão da folha de pagamentos e na gestão de pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) alimenta, mensalmente, o Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH) e sistemas correlatos, os quais refletem no módulo de Folha de Pagamento.

Além das informações recebidas pelo módulo de Folha de Pagamento, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) emite relatórios e os insere em processo administrativo eletrônico (SEI), possibilitando a conferência dos valores pagos.

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União e a Seção de Auditoria de Governança e Gestão de Pessoas deste Tribunal realizam rotineiramente auditorias em folhas de pagamento. Há ainda o sistema SIGEPRO-Pessoal, do Tribunal Superior Eleitoral, com a finalidade de acompanhar a execução orçamentária de pessoal e informar, mensalmente, a situação funcional de autoridades, servidores e servidoras, cujos dados subsidiam a publicação no portal da transparência.

É encaminhada, mensalmente, à Secretaria de Orçamento e Finanças (SAF) do Tribunal Superior Eleitoral planilha contendo outros valores, que não fazem parte da rotina de pagamentos, com a devida justificativa, para fins de autorização.

A Secretaria de Gestão de Pessoas possui diversos sistemas informatizados como mecanismos de controles, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, além de outras aplicações desenvolvidas por este Tribunal.

## Avaliação da Força de Trabalho: Distribuição por Unidades

	Presidência	Auditoria Interna	Corregedoria	Diretoria Geral	Gabinetes dos Membros	Procuradoria	Escola Judiciária Eleitoral	Ouvidoria	Secretaria Judiciária	Secretaria de Administração e Finanças	Secretaria de Gestão de Pessoa	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	TOTAL
Analista Judiciário	7	5	13	11	6	1	1	0	23	23	19	12	120
Técnico Judiciário	15	2	18	11	9	3	1	2	19	37	26	34	177
Oficial de Justiça	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Odontóloga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Médico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Requisitado(a)	2	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	5
Sem vínculo	2	0	1	1	0	0	0	0	2	1	1	0	8
Removido(a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>7</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>47</b>	<b>62</b>	<b>51</b>	<b>47</b>	<b>319</b>

	Presidência	Auditoria Interna	Corregedoria	Diretoria Geral	Gabinetes dos Membros	Procuradoria	Escola Judiciária Eleitoral	Ouvidoria	Secretaria Judiciária	Secretaria de Administração e Finanças	Secretaria de Gestão de Pessoa	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	TOTAL
CJ-4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CJ-3	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	6
CJ-2	1	0	2	2	0	0	0	0	2	4	3	3	18
CJ-1	5	0	2	4	5	0	1	1	1	1	1	1	22
FC-6	6	3	4	2	0	0	1	1	8	14	11	9	54
FC-5	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	7
FC-4	1	0	1	2	0	0	0	0	2	3	0	2	11
FC-3	3	0	2	2	0	1	0	0	2	0	3	4	16
FC-2	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	5
FC-1	3	0	3	5	10	2	1	0	7	14	4	5	58
-	11	0	5	5	0	1	0	1	22	18	27	20	110
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>47</b>	<b>57</b>	<b>51</b>	<b>47</b>	<b>308</b>

- Cargos Efetivos TRE-MA: 487

**201** Analista Judiciário

**286** Técnico Judiciário

- Cargos Efetivos vagos: 07

**01** Analista Judiciário

**07** Técnico Judiciário

- Servidores Efetivos Ativos: 480

**10** Cedidos para outros órgãos

**08** Licenciados em exercício provisório em outros órgãos

**55** Removidos para outros órgãos

**01** Licença por interesse particular

**406** Lotados no TRE-MA

- Secretaria: 256

**103** Analistas

**153** Técnicos

- Zonas Eleitorais: 150

**64** Analistas

**86** Técnicos

- Servidores de outros Órgãos em exercício no TRE-MA

**230** Requisitados/cedidos

**10** Sem vínculo com a Administração Pública

**03** Licenciados em exercício provisório

**37** Removidos

## Programa de Estágio Remunerado

Contrato nº 16/2018, Super Estágios LTDA EPP, CNPJ nº 11.320.576/0001-52, para administrar um quantitativo máximo de 93 estagiários, conforme disponibilidade orçamentária. Em 2022, em razão das eleições, foi realizado um termo aditivo majorando o quantitativo máximo de estagiários em 25%, passando, desta forma, de 93 para 116 estagiários.

## Ocupação de Cargos Gerenciais

Cargos em comissão são aqueles de livre nomeação e exoneração, de caráter provisório, destinando-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo ser exercidos por servidor efetivo ou por qualquer pessoa sem vínculo com a Administração, com formação superior.

Funções comissionadas de natureza gerencial são aquelas em que há vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento.

Exige-se do titular ocupante de cargo em comissão e funções comissionada participação em curso de desenvolvimento gerencial.

No TRE-MA existem 213 cargos gerenciais, dentre os quais figuram todos os cargos em comissão (CJs), de níveis CJ-1 a CJ-4, todos com lotação na Secretaria do Tribunal, e funções comissionadas de níveis FC-5 e FC-6, sendo 61 com lotação na Secretaria do Tribunal e 105 com lotação nas zonas eleitorais, conforme discriminado ao lado:

202 Com vínculo efetivo

10 Sem vínculo efetivo

01 Vago

Vejamos como foram distribuídos, em 2022, os cargos em comissão e funções comissionadas:

Cargos em Comissão				
Denominação/ Nível	Ocupados		Vagos	Total
	Com vínculo efetivo	Sem vínculo efetivo		
CJ-04	1	0	0	1
CJ-03	3	3	0	6
CJ-02	14	3	1	18
CJ-01	18	4	0	22
<b>TOTAL CARGOS</b>	<b>36</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>47</b>

Funções Comissionadas				
Denominação/ Nível	Ocupados		Vagos	Total
	Com vínculo efetivo	Sem vínculo efetivo		
FC-06	157	0	2	159
FC-05	7	0	0	7
FC-04	13	0	1	14
FC-03	16	0	0	16
FC-02	5	0	0	5
FC-01	158	0	7	165
<b>TOTAL FUNÇÕES</b>	<b>356</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>366</b>

## Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O TRE-MA não possui concurso público vigente. O último foi realizado em 2015 e teve o prazo de vigência expirado em 21.12.2019.

Em 2022, tomaram posse 8 servidores por meio de aproveitamento de lista de candidatos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo 7 Técnicos Judiciários e 1 Analista Judiciário.

Tomou posse ainda 1 Técnico Judiciário da lista de aprovados do próprio TRE-MA, em cumprimento à determinação judicial.

## Situação de Servidores com Condições de Aposentadoria

17 servidores com condições de aposentadoria voluntária e direito à integralidade e paridade

## Detalhamento da Despesa de Pessoal (ativo, inativo, pensionista e autoridade), Evolução dos últimos anos e Justificativa para o aumento/a diminuição



O aumento da despesa com autoridades e servidores ativos ocorreu em virtude da realização das eleições de 2020 e 2022, ocasião em que houve maior quantidade de sessões plenárias jurisdicionais e administrativas, além da formação de comissões especiais, funcionamento de juntas apuradoras, realização de serviço extraordinário e outras atividades remuneradas, no período de agosto a dezembro dos referidos anos. Seguem dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do governo federal:



## Estruturas Remuneratórias

As tabelas contendo informações sobre estruturas remuneratórias dos servidores efetivos e comissionados, dos membros, juízes e promotores, estão disponíveis no portal da transparência:

Estrutura Remuneratória - Cargos Efetivos [Mais informações](#)

Estrutura Remuneratória - Cargos em Comissão e Funções de Confiança [Mais informações](#)

Estrutura Remuneratória - membros, juízes e promotores [Mais informações](#)

**Estratégia de valorização por desempenho e levantamento de necessidades de treinamento; Estratégias para alavancar o desempenho e a eficiência, sistemas/ferramentas de apoio, trabalho remoto, valorização do ambiente e das condições de trabalho etc.**

### Efetivação da Política de Reconhecimento

Instituído pela IN nº 3/2021, o Programa de Reconhecimento do servidor, implementou os seguintes incentivos em 2022:

- edital para concessão de vagas exclusivas de estacionamento e;
- edital para concessão de funções comissionadas FC-01.

### Ações de Capacitação e Desenvolvimento

O Plano Anual de Capacitações 2022 (PAC 2022) norteou a execução das seguintes ações:

**12** Presenciais

**47** EaD (síncrona e assíncrona): 05 para as Eleições 2022, sendo 03 por meio de instrutoria interna

**494** Servidores qualificados

**1.354** Inscrições (há servidores que participaram de 2 ou mais treinamentos)

**R\$ 648.514,84** Investimento total

Destacamos que o aumento do quantitativo de capacitações na modalidade virtual proporciona maior otimização dos recursos, pois dispensa despesas com passagens aéreas e diárias.

### Tecnologias Educacionais

- Apoio tecnológico e pedagógico para a realização de capacitações on-line
- Desenvolvimento de materiais, vídeos e mídias
- Capacitações de eleição on-line com o devido apoio às zonas eleitorais.

### Levantamento dos Perfis Profissionais

A Portaria nº 1764/2022 definiu as competências gerais e as específicas, além dos perfis profissionais desejados para cada ocupação ou grupo de ocupações pertencentes à estrutura organizacional do Tribunal.

### Levantamento e Identificação das Ocupações Críticas

Elaboração do relatório de identificação das ocupações críticas técnicas e gerenciais para subsidiar a elaboração do plano de sucessão, por meio de ações de educação e capacitação, visando ao desenvolvimento e qualificação dos servidores para o preenchimento de cargos e funções comissionadas de difícil reposição, mantendo-se o mesmo nível de eficiência e eficácia, e que causam impactos imediatos nas metas e objetivos estratégicos do TRE-MA.

### Elaboração da Política de Sucessão

A IN nº 12/2023 instituiu as diretrizes para a implantação do Programa de Sucessão do Tribunal. Essa Política definiu regras para a nomeação dos cargos de gestão ou ocupações críticas, ou seja, que tenham a formação ou experiência requeridas, conforme o perfil do cargo, ou que participem de capacitações ou ações de desenvolvimento para melhor desempenharem suas atribuições. Além disso, definiu diretrizes para a manutenção da capacidade laboral do órgão, quando houver substituição de ocupantes nos cargos.

## Implantação do Programa de Gestão por Competência Ciclo Avaliativo 2022

A IN nº 5/2023 estabeleceu normas gerais para a implantação do Programa de Gestão por Competências, que visa individualizar a necessidade de capacitação e desenvolvimento em todas as áreas do Tribunal.

### Saúde e Qualidade de vida

Atividades rotineiras: atendimento médico, odontológico e social  
Ações de prevenção e conscientização:



Testagem de COVID



Incentivo à doação de sangue e reativação do Banco de sangue do TRE-MA junto à Hemomar



Ações de conscientização sobre Saúde Bucal



Vacinação contra gripe disponível para todos os servidores



Manutenção de Canal de Atendimento Médico, por meio de teleatendimento, visando atender servidores do interior do Estado



Plantões no período eleitoral

A IN nº 10 instituiu o programa de qualidade de vida no trabalho (PQVT):

Objetivos:



Promover a integração, a saúde e o bem-estar físico, psicológico e social e prevenir agravos;



Facilitar a mudança de hábitos e o autogerenciamento do estilo de vida em busca do bem-estar profissional e saúde integral e a organização do trabalho humanizada;



Viabilizar o desenvolvimento de competências comportamentais, emocionais e técnicas visando à melhoria do ambiente de trabalho;



Estimular a formação de uma cultura organizacional direcionada para a mudança de hábitos, atitudes e desenvolvimento de valores que contribuam para uma produtividade saudável;



Promover cultura organizacional que valorize a qualidade de vida do (a) servidor (a) no trabalho;



Promover reconhecimento no trabalho e a perspectiva de crescimento profissional.

### Desafios e Ações Futuras

- Aplicar e materializar as normas instituídas em 2022, em razão do número reduzido de servidores em algumas unidades
- Disponibilizar ações de capacitação e desenvolvimento, considerando os planos de desenvolvimento individuais (PDIs) definidos na avaliação por competências.
- Oferecer aos servidores das Zonas Eleitorais um ambiente virtual de educação, desenvolvimento, saúde e qualidade de vida, propiciando maior efetividade ao sistema de gestão de pessoas, não apenas aos servidores da Secretaria do Tribunal.
- Implantação do dimensionamento da força de trabalho.

# Tecnologia da Informação

## Eleições para comunidade (parametrizadas)

03 eleições não oficiais, com cessão de urnas eletrônicas:

- ▶ Eleição da Diretoria Executiva da Caixa Beneficente dos Oficiais e Praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Maranhão (15/fev);
- ▶ Eleição para escolha do Grêmio Estudantil do Colégio Marista, nesta Capital (8/mar);
- ▶ Eleição para escolha do Grêmio Estudantil do Colégio Santa Teresa, nesta Capital (12/abr).

## Conformidade legal

Para assegurar a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação, o TRE-MA observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo TSE, CNJ e demais órgãos de controle externo.

## Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Tribunal está alinhado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 370/2021.

Comitê de Gestão de TIC: realizou reuniões quinzenais em 2022.

Comitê de Governança de TIC: reestruturado pela Resolução nº 9.910/2021, realizou reuniões mensais.

## Montante de recursos aplicados em TI

Total: R\$ 12.138.475,86, sendo R\$ 6.214.134,00 destinados à Segurança Cibernética.

## Montante de recursos aplicados em TI

Total: **R\$ 12.138.475,86**

(R\$ 6.214.134,00 destinados à Segurança Cibernética).

		Investimento	Custeio	Total
Despesas Empenhadas	2020	0,63	5,93	6,56
	2021	2,46	5,22	7,68
	2022	6,15	5,99	12,14
Despesas Pagas	2020	5,92	5,38	11,3
	2021	0,90	4,4	5,3
	2022	2,7	5,14	7,84
Restos a Pagar Pagos	2020	0,55	0,75	1,3
	2021	0,41	2,87	3,28
	2022	0,13	0,63	0,76

\* Não foram considerados gastos relacionados às urnas eletrônicas e eleições

### Distribuição das despesas de TI:

- SEGURANÇA CIBERNÉTICA: 36,2%
- TELECOMUNICAÇÃO: 13,61%
- DEMAIS: 50,16%

## Contratações mais relevantes de recursos de TI

Aquisição de equipamentos e ferramentas para:

- atendimento à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Judiciário;
- atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados;
- melhoria do serviço de comunicação de dados e
- Eleições de 2022.

### DETALHAMENTO

sistema inteligente de armazenamento de backup em disco	(R\$ 1.175.000,00)
aquisição de 197 notebooks	(R\$ 1.471.507,26)
solução de gerenciamento de acessos privilegiados	(R\$ 505.000,00)
serviço de autenticação por múltiplos fatores	(R\$ 501.792,00)
solução unificada de auditoria de segurança no Active Directory	(R\$ 547.306,00)

## Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2026

Total de iniciativas previstas: 89

Finalizadas: 73

Em andamento: 12

Não iniciadas: 4 (terão seus prazos repactuados)

## Principais iniciativas executadas:

- Centralização do controlador de domínio e de arquivos das zonas eleitorais
- Implementação do serviço de backup em nuvem
- Aumento da capacidade de backup em disco
- Atualização de Software de Gestão de chamados
- Elaboração de plano de capacitação periódica dos atendentes da Central de TIC
- Publicação de normativo que trata a forma de priorização de sistemas pelo Comitê de Governança e TIC
- Publicação do Plano de Transformação Digital do TRE-MA;
- Atualização do framework de desenvolvimento de sistemas
- Implementação de solução de container no servidor de aplicação
- Estudo de solução de Business Intelligence, com definição de projeto piloto a ser trabalhado em 2023;
- Implementação do Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos (PPICiber/PJ)
- Implementação do Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos
- Formalização do Comitê de Crises Cibernéticas
- Criação de Plano de Gestão de Riscos de TIC
- Capacitação e operacionalização a ETIR.
- Mapeamento e formalização dos processos: Gerenciamento dos Acordos de Nível de Serviços, Gerenciamento da Central de Serviços, Gerenciamento de configuração, Gerenciamento e controle de ativos de informação; Elaboração de proposta orçamentária de TIC, Gestão de projetos de TIC, Gerenciamento de continuidade dos serviços de TIC.

## Cinco principais sistemas entregues



## Resultados que impactaram na cadeia de valor do Órgão

A área de TI possui 12 indicadores estratégicos que influenciam nos resultados da cadeia de valor do Tribunal, enquadradas dentro das atividades de suporte aos processos do órgão e que foram avaliados em 2022. O resultado destes indicadores em 2022 foram:

### Atingiu a meta (9)

- 33 - iGov TIC
- i34 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC
- i35 - Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC
- i36 - Índice de não atendimento às demandas por soluções de software
- i38 - Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA
- i41 - Índice de Execução do Plano de Transformação Digital
- i42 - Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos
- i44 - Índice de Serviços essenciais com Gestão de Risco
- i45 - Quantidade de ações de divulgação de Segurança cibernética

### Não atingiu a meta (2)

- i37 - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais
- i39 - Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem

### Não mensurado (1)

- i40 - Índice de Serviços Digitais

Indicador	Polaridade	Meta 2022	Valor 2022	Valor 2021
i33 - iGov TIC	Quanto maior, melhor	75%	90,09%	66,61%
i34 - Índice de disponibilidade de serviços essenciais de TIC	Quanto maior, melhor	99,00%	99,20%	99,78%
i35 - Índice de Satisfação dos Usuários com o Suporte de TIC	Quanto maior, melhor	90,00%	97,55%	92,72%
i36 - Índice de não atendimento às demandas por soluções de software	Quanto menor, melhor	32,00%	27,79%	22,66%
i37 - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais	Quanto maior, melhor	97,00%	96,53%	87,71%
i38 - Índice de satisfação dos usuários com sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA	Quanto maior, melhor	95,00%	96,77%	99,64%
i39 - Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem	Quanto maior, melhor	2	1	0
i41 - Índice de Execução do Plano de Transformação Digital	Quanto maior, melhor	50,00%	80,00%	N/A
i42 - Quantidade de soluções de TI compartilhadas com outros órgãos	Quanto maior, melhor	3	15	4

## Segurança da informação

Devido ao crescimento exponencial de ataques cibernéticos a instituições públicas e privadas e visando garantir a segurança das eleições, o ano de 2022 foi marcado pelo aperfeiçoamento e amadurecimento dos trabalhos realizados na Seção de Segurança Cibernética, ligada à estrutura organizacional da Secretaria de Tecnologia da Informação, e na Seção de Segurança da Informação, ligada diretamente à Diretoria Geral do Tribunal, a nível estratégico. Ferramentas adquiridas para auxiliar na proteção das informações mantidas na infraestrutura do Tribunal:

- ▶ Contratação de serviços de autenticação por múltiplos fatores;
- ▶ Solução unificada de gestão de vulnerabilidades e auditoria de configurações de ativos de rede;
- ▶ Proteção antivírus, webfilter e correlacionamento de registros (logs);
- ▶ Ferramenta com capacidade para armazenar, proteger, controlar, gerenciar, auditar e monitorar acessos privilegiados;
- ▶ Solução unificada de auditoria de segurança no Active Directory.

## Atividades relacionadas à Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ):

Levantamento de informações e respostas aos questionários do TSE, TCU e SATIG (auditoria);

Acompanhamento das contratações da Estratégia Nacional, bem como o levantamento e identificação das necessidades específicas do TRE-MA;

Acompanhamento e participação nos grupos de cibersegurança da Justiça Eleitoral;

Participação no grupo criado para o desenvolvimento de padrões de normas para toda a Justiça;

Participação nas reuniões iniciais sobre as futuras contratações da Estratégia Nacional de Cibersegurança.

Capacitações das áreas técnicas:

- computação forense,
- solução de antivírus,
- tratamento de incidentes de segurança,
- gerenciamento de vulnerabilidade,
- defesa cibernética etc.

Treinamento para todos os servidores, visando à formação de uma consciência para a proteção de dados pessoais.

Mapeamento de processos envolvendo esta área, bem como os protocolos de Prevenção a Incidentes Cibernéticos (PPICiber/PJ) e de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).

Formalizado o Comitê de Crises Cibernéticas.

## Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios.

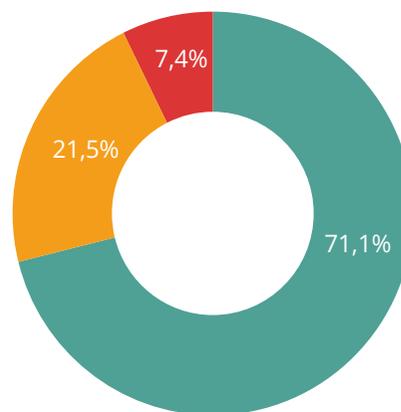
Metas não alcançadas:

**i37** - Índice de Disponibilidade da Rede de Comunicação com as Unidades Eleitorais: Problemas de indisponibilidade de links foram ocasionados em razão da falta de pagamento por parte da empresa prestadora do serviço aos subcontratados, tendo sido objeto de averiguação por meio de processo administrativo.

**i39** - Índice de Serviços Disponibilizados em Nuvem: Previstos 2 serviços, porém apenas 1 foi implantado. O pregão para contratação de solução em nuvem de e-mail e arquivos foi concluído em dezembro de 2022. Entretanto, a implantação acontecerá somente em janeiro de 2023.

## Ações previstas para 2023 - 2026

FASE	%	AÇÕES
NÃO INICIADO	7,4%	11
EM ANDAMENTO	21,5%	32
CONCLUÍDO	71,1%	106
TOTAL GERAL	100%	149



Restam 43 ações relativas ao sexênio 2021-2026, divididas em 4 planos:

19 - Plano de Demandas Internas (PDI)

15 - Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (PTE)

6 - Plano de Trabalho de Segurança (PTS)

3 - Plano de Transformação Digital (PTD)

O Plano Diretor de TIC será revisado no início de 2023, podendo incluir novas ações.

## Principais desafios para a área de TIC nos próximos exercícios:

- continuidade no atendimento das ações no eixo de Segurança Cibernética, em cumprimento da ENSEC-PJ, ENSEC-JE e PSI-TSE, constantes no PTS,
- digitalização dos serviços da Carta de Serviços do TRE-MA,
- alinhamento do quadro de pessoal de TIC ao referencial mínimo de acordo com critérios do CNJ,
- definição de metas específicas para gestores e técnicos de TIC e definição de critérios de desempenho,
- implantação dos modelos de inteligência artificial no TRE-MA, usando a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses), depositando modelos de IA desenvolvidos,
- disponibilização de um ambiente de processamento de dados (datacenter backup) em prédio diferente do principal.

## Governança TI: lista das ações realizadas

- **Mapeamento de processos:**
  - Gerenciamento do Ciclo de Vida de Sistemas
  - Priorização de Desenvolvimento e Aquisição de Sistema
  - Gerenciamento de Nível de Serviço de TIC
- **Conclusão das seguintes atividades:**
  - Digitalização do serviço de Solicitação de Eleições Parametrizadas
  - Implantação dos Protocolos de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).
- Aumento da periodicidade das reuniões do CGTIC para quinzenais, garantindo maior agilidade na aprovação de planos, processos e outras demandas;
- Estabelecimento de reuniões mensais do CGovTIC, para direcionamento das ações de TI, priorização de sistemas;
- Monitoramento constante dos planos pela unidade de Governança da STIC, bem como o uso de Painéis de Informação (dashboards);
- Atendimento de 43% dos GAPs do IGG-TCU pendentes no início de 2022;
- Proposição de Plano de Transformação Digital, tendo este sido aprovado pelo CGovTIC e incorporado ao PDTIC;
- Realização de estudo de dimensionamento da força de trabalho da STIC, considerando-se critérios técnicos estabelecidos pelo CNJ.

## iGovTIC: Inovações, principais desafios e ações futuras. Série histórica do desempenho.

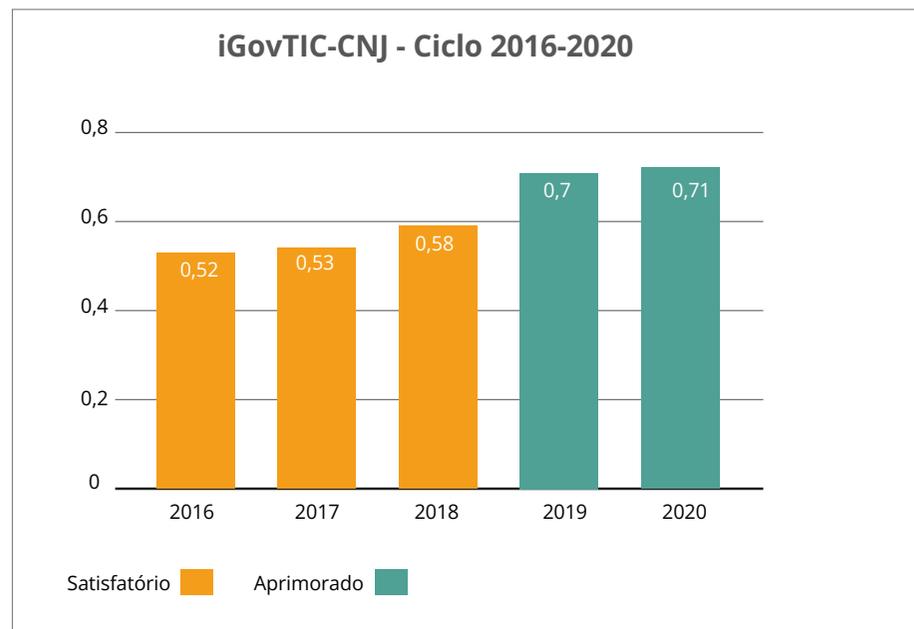
Alcançou o nível “excelência” no Índice de Governança de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD):

1º lugar da Justiça Eleitoral (TREs e TSE)

10º lugar em relação a todos os órgãos do Poder Judiciário

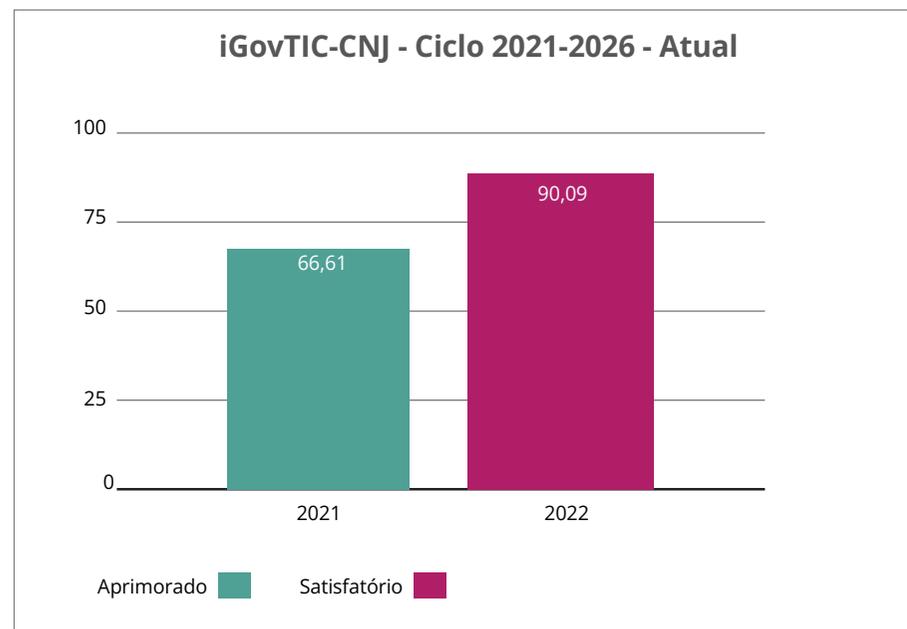
### Contexto e Histórico

O iGovTIC-JUD do Poder Judiciário é um diagnóstico anual realizado pelo CNJ, que calcula o grau de maturidade em Governança e Gestão de TIC de todos os tribunais (em Excelente, Aprimorado, Satisfatório ou Baixo), sendo um requisito do Prêmio CNJ de Qualidade.



O questionário foi completamente reformulado para o ciclo 2021-2026, incluindo novos temas e faixas de pontuação, o que resultou em uma queda na pontuação em 2021, embora o TRE-MA tenha avançado na classificação comparada com outros órgãos.

Em 2022, conquistou o nível de excelência, alcançando mais de 90 pontos, devido ao esforço contínuo da equipe de TIC:



## Principais ações que contribuíram para atingimento da pontuação necessária ao nível de excelência:

Reuniões quinzenais do CGTIC, garantindo maior agilidade na aprovação de planos, processos e outras demandas;

Monitoramento constante dos planos pela unidade de Governança da STIC, bem como o uso de Painéis de Informação (dashboards);

Conclusão das seguintes atividades:

- Digitalização do serviço de Solicitação de Eleições Parametrizadas
- Implantação dos Protocolos de Gerenciamento de Crises Cibernéticas do Poder Judiciário (PGCRC-PJ).

## Desafios quanto ao iGovTIC para 2023:

evolução contínua das ações voltadas à Governança de TIC,

atendimento dos principais requisitos ainda não cumpridos

## Entregas pendentes:

Alinhar o quadro de pessoal de TIC ao referencial mínimo, conforme critérios do CNJ (2,1 pontos);

Metas específicas para gestores e técnicos de TIC, com apoio da SGP, e definição de critérios de desempenho (1,6 ponto);

Garantir a execução e revisão do Plano de Gestão de Riscos de TI (0,975 ponto);

Difundir a utilização de Metodologia de Gestão de Projetos da STIC (0,84 ponto);

Implantar modelos de inteligência artificial no TRE-MA, utilizar a plataforma de Inteligência Artificial do Poder Judiciário Nacional (Sinapses), bem como depositar modelos de IA desenvolvidos (0,75 ponto);

Prover ambiente de processamento de dados (datacenter backup) em prédio diferente do principal (0,5 ponto);

Definir padrões de dados mínimos para o atendimento da LGPD nos sistemas desenvolvidos pelo TRE-MA (0,3 ponto).

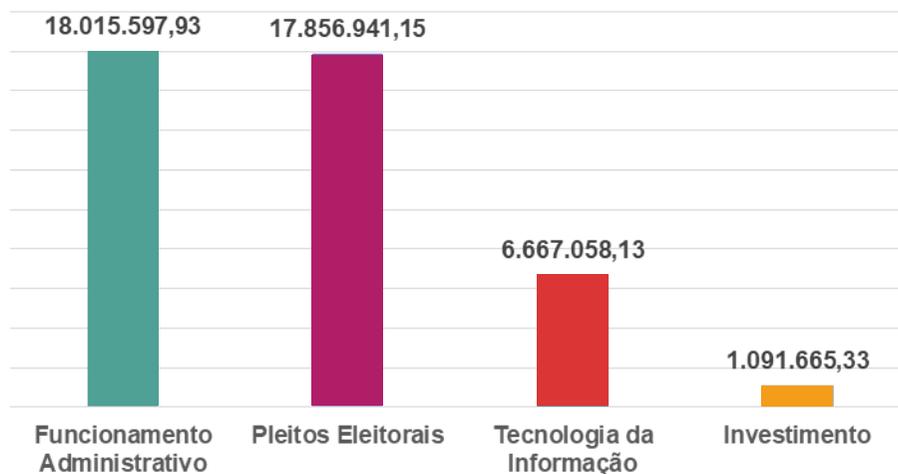
# Licitações e contratos

## Gestão de Licitações e Contratos

### Conformidade legal:

O TRE-MA possui Assessoria Jurídica que integra a sua estrutura organizacional, de acordo com as competências estabelecidas no Regulamento Administrativo (Resolução 9882/2021), garantindo, assim, a conformidade das contratações com as normas vigentes.

### GASTOS POR FINALIDADE



FONTE: Siafi

### DETALHAMENTO DO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO

TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS	VALOR R\$
Energia Elétrica	2.633.136,78
Apoio Administrativo	2.592.826,00
Manutenção Predial	2.073.835,37
Locação de Imóveis	1.937.400,17
Vigilância	1.695.812,08
Limpeza e conservação	1.517.436,43
Estagiários	1.278.805,29
Manutenção de máquinas e equipamentos	874.000,28
Vigilância eletrônica	745.118,69
Manutenção de veículos	351.195,18
Serviços de Logística	195.955,74
Telefonia fixa	153.451,98
Água e esgoto	148.537,61
Outros serviços e materiais	1.818.086,33
<b>TOTAL</b>	<b>18.015.597,93</b>

## Gestão de Licitações e Contratos - Contratações-mais relevantes

### Contratações mais relevantes associadas aos objetivos estratégicos e justificativas

Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís (6ª Etapa)		Prestação de serviços de apoio administrativo as Eleições.		Serviços de distribuição e recolhimento urnas eletrônicas e itens destinados a realização das eleições.	
Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL	Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL	Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL
97/2022	9.008.905,71	36/2022	4.876.328,65	32/2022	1.851.998,08
Justificativa: Realizar o reforço estrutural do Prédio do Fórum Eleitoral de São Luís.		Justificativa: Atividades preparatórias para realização das Eleições 2022.		Justificativa: Serviços de logística de distribuição de materiais para as eleições 2022.	
Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.		Objetivo Estratégico: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.		Objetivo Estratégico: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.	
Serviços de implantação de solução de hiperconvergência		Serviços de substituição das esquadrias da fachada do Prédio Sede do TRE-MA		Serviços de instalação do Sistema de SPDA e SPCI	
Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL R\$	Nº CONTRATO	VALOR EST, ANUAL	Nº DO CONTRATO	VALOR EST. ANUAL R\$
58/2022	1.175.000,00	60/2022	969.963,77	33/2022	795.500,00
Justificativa: Armazenar e recuperar cópias de backup de dados institucionais, com o objetivo de mitigar o risco de perda de dados.		Justificativa: Necessidade de substituição das esquadrias do Prédio Sede.		Justificativa: Necessidade de manutenção e modernização dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico e instalação de sistema de proteção contra descargas atmosféricas	
Objetivo Estratégico: Promover a proteção de dados e segurança cibernética		Objetivo Estratégico: Aprimorar a gestão orçamentária e financeira.		Objetivo Estratégico: Aperfeiçoamento da Gestão de Custos	

Contratos de Gestão: não houve em 2022.

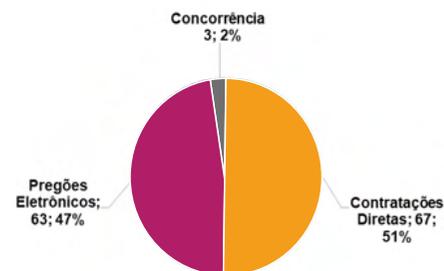
# Processos de Contratações em 2022

Contratações Diretas	Pregões Eletrônicos	Concorrência
67	63	03



## Contratações diretas:

- Assinatura de ferramentas eletrônicas
- Aquisição de livros
- Aquisição de canecas ecológicas
- Cursos e treinamentos
- Fornecimento de água e serviços e esgoto
- Fornecimento de Energia Elétrica
- Licenças de softwares
- Locação de Imóveis
- Locação de equipamentos
- Serviços de manutenção de máquinas e equipamentos
- Serviços de copeiragem
- Serviços de chaveiro



## Justificativas para as contratações diretas:

- suporte e atualização de softwares da Oracle do Brasil; assinatura de licenciamento de uso do software ORÇAFASCIO; ferramentas eletrônicas (art. 25, caput, inciso I, da Lei 8.666/93)
- serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos do parque gráfico (art. 24, incisos II da Lei 8.666/93)
- manutenção do sistema de climatização do Data Center principal (art. 24, incisos IV da Lei 8.666/93)
- serviços de copeiragem (art. 24, incisos XI da Lei 8.666/93)
- fornecedoras de energia elétrica e água (fornecimento exclusivo)
- locação de imóveis (art. 24, X, da Lei 8.666/93)
- inscrição de servidores em cursos e treinamentos (art. 25, II c/c o art. 13 da Lei 8.666/93)

## Gastos por objetivos estratégicos

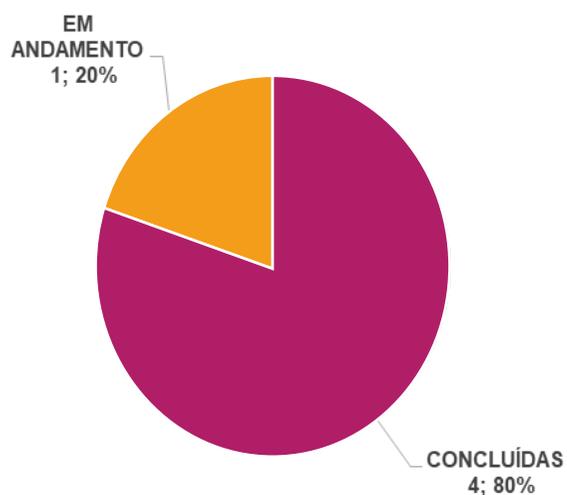
Aprimorar a gestão orçamentária e financeira	Aprimorar a infraestrutura e governança de TIC	Realizar eleições céleres, seguras e transparentes
R\$ 19.107.263,26	R\$ 6.667.058,13	R\$ 17.856.941,15

## Governança das Aquisições

Principais metas não alcançadas, principais desafios, ações e perspectivas para os próximos exercícios:

O principal desafio é a melhoria contínua do índice de governança e gestão das contratações (iGovContrat), bem como o índice de capacidade em gestão de contratações (iGestContrat), segundo o levantamento de governança do TCU.

O indicador i60- Índice de Governança das Contratações vem estabelecendo metas para o cumprimento das ações de melhoria, considerando os requisitos da autoavaliação do TCU, que ainda não alcançaram classificação satisfatória.



Situação do Indicador: Meta Atingida  
Meta 2022: 70%

AÇÃO	SITUAÇÃO
Gerir os riscos dos processos de trabalho da seleção do fornecedor e gestão de contratos.	CONCLUÍDA
Definir que os integrantes das equipes de planejamento das contratações, possuam capacitação em gestão de riscos.	CONCLUÍDA
Definir critérios de designação de gestores e fiscais de contrato.	CONCLUÍDA
Adotar política de ética para os gestores e colaboradores que atuam na área de contratações.	CONCLUÍDA
Criar mecanismos para atrair e reter colaboradores na área de contratações	EM ANDAMENTO

## Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

As contratações e aquisições realizadas adotam critérios de sustentabilidade em consonância com a Portaria de nº 271/2022 – TRE-MA, observando:

1

rastreabilidade e origem dos insumos de madeira como itens de papelaria e mobiliário, a partir de fontes de manejo sustentável;

2

eficiência energética;

3

consumo racional de água;

4

nível de emissão de poluentes e ruídos de veículos, máquinas e aparelhos consumidores de energia;

5

eficácia e segurança dos produtos usados na limpeza e conservação de ambientes;

6

certificações orgânicas, fomento à produção local e à agricultura familiar na aquisição de gêneros alimentícios;

7

eficácia e eficiência nos serviços de mobilidade, de vigilância e nos demais necessários ao apoio à atividade jurisdicional, considerando a relação custo/benefício da contratação;

8

racionalidade e consumo consciente quanto aos bens materiais, assim como o acondicionamento adequado com a utilização de materiais recicláveis, considerando o menor volume possível nas embalagens e respectiva proteção no transporte e armazenamento.

## Gestão da Infraestrutura

### Conformidade legal

As atividades estão de acordo com o Regulamento Interno do TRE-MA e a Resolução nº 9.951/2022 que trata do Plano de Obras deste Tribunal (SEI 0001611-19.2022.6.27.8000).

### Principais investimentos de capital (infraestrutura)

Reforma do Fórum Eleitoral de São Luís:

Total empenhado em 2022: R\$ 9.673.517,05

Mudanças e desmobilizações relevantes (obras, reformas etc):

Não foram realizadas mudanças relevantes em 2022.

### Principais desafios e ações futuras

Conseguir desempenhar suas funções com qualidade e eficiência diante do exíguo quadro de servidores do setor (1 engenheiro civil, 2 técnicos em edificações e 1 servidor administrativo).

## Gestão Patrimonial

### Conformidade legal

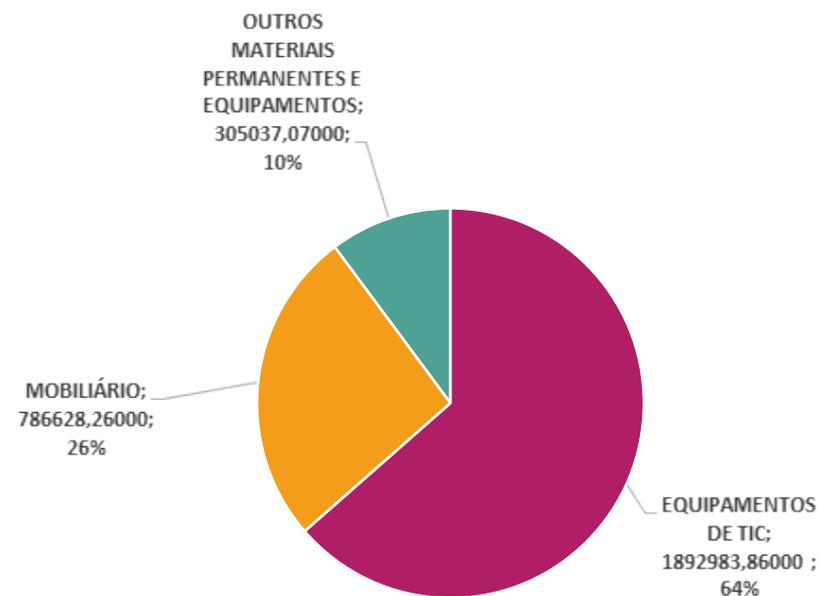
Todas as ações estão em conformidade com a legislação que rege a gestão patrimonial na Administração Pública.

### Locação de Imóveis

Destinada ao funcionamento do Cartório Eleitoral da 62ª Zona Eleitoral do Município de Loreto

### Desfazimento de Ativos

Foram realizadas doações, leilão e baixa de bens patrimoniais, no valor total de R\$ 2.143.600,24.



Fonte: SIAFI

### Desafios e ações futuras

Promover a eficiência na utilização dos espaços físicos com segurança e integração para os servidores e público externo, priorizando a modernização no atendimento.

Observar prioritariamente o modelo de cessão de uso de bens públicos, mediante cooperação entre órgãos ou entidades, segundo orientação do Tribunal Superior Eleitoral, atendendo aos princípios da efetividade e economicidade.

## Gestão orçamentária e financeira

### Orçamento total aprovado 2022



\*Acréscimos = Créditos adicionais recebidos + provisões recebidas

\*\*Decréscimos = Créditos adicionais devolvidos ao TSE - destaques concedidos

### Execução do orçamento 2022

Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
R\$ 275.373.693,00	99,46%	R\$ 252.012.068,00	91,02%	R\$ 251.607.470,00	90,87%

Orçamento total disponível:  
R\$ 276.875.691,00

Inicialmente, foi recebido R\$ 225.046.564,00, mas nas fases de alteração de créditos adicionais, foi possível suplementar, remanejar e devolver recursos durante todo o exercício.

Descentralização de recursos do TSE para a realização das eleições 2022:  
R\$ 43.361.761

Pessoal e Encargos:  
R\$ 16.552.892,00

Despesas com investimento:  
R\$ 27.808.869

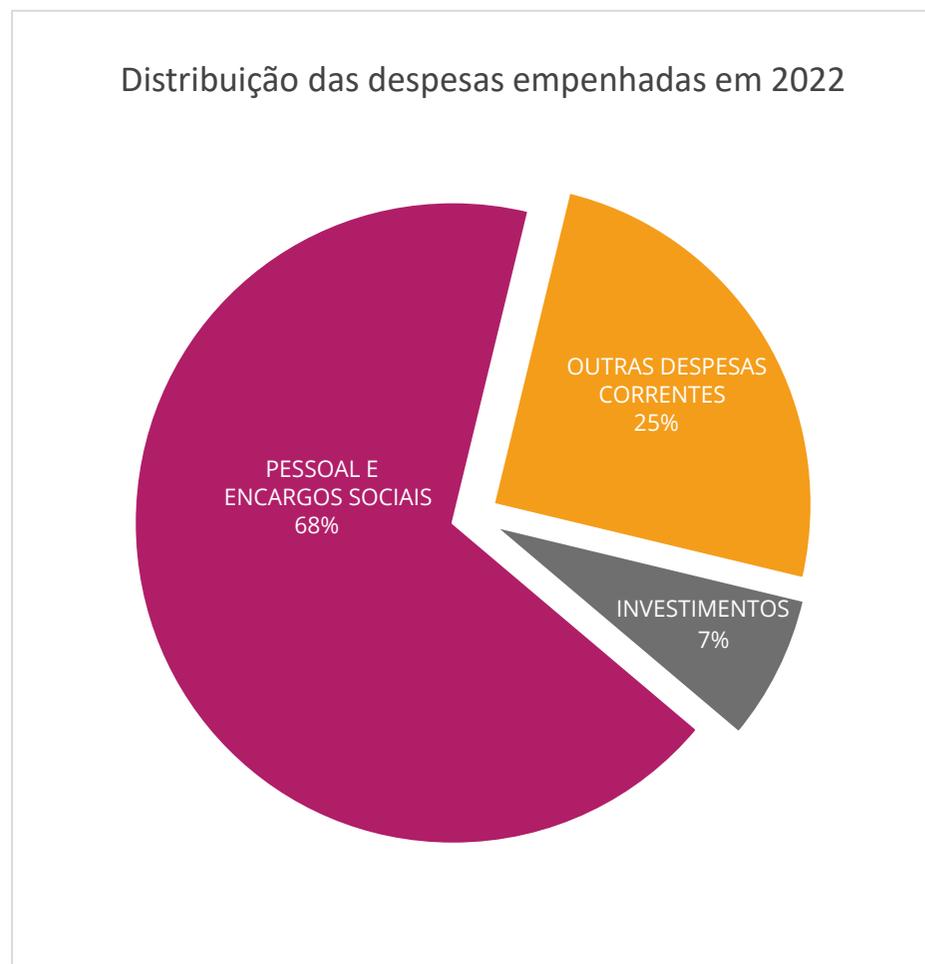
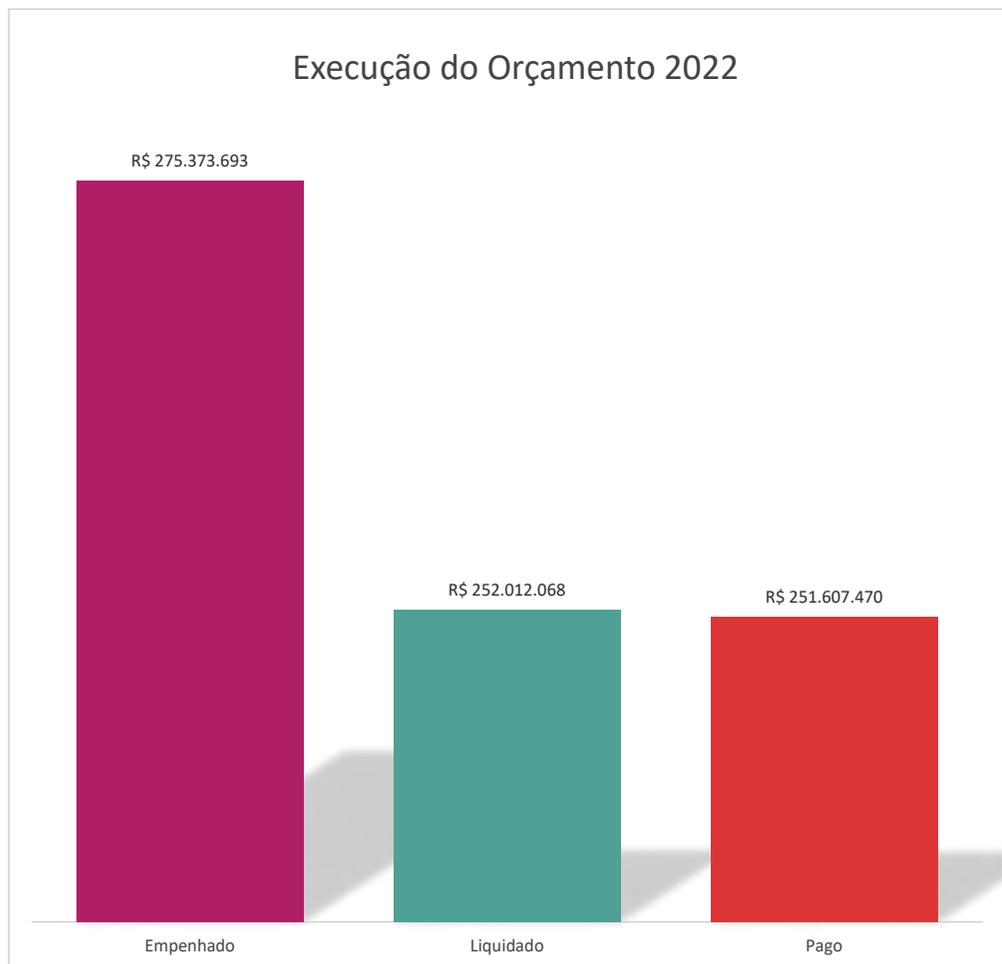
Devolvido ao TSE:  
R\$ 1.413.049,00,

sendo R\$ 895.266,00 referente a Aposentadorias e pensões civis da união.

Obras de reforma:  
R\$ 11.915.000,00

Não houve contingenciamentos orçamentários (limitações de empenho) determinados pelo Governo federal.

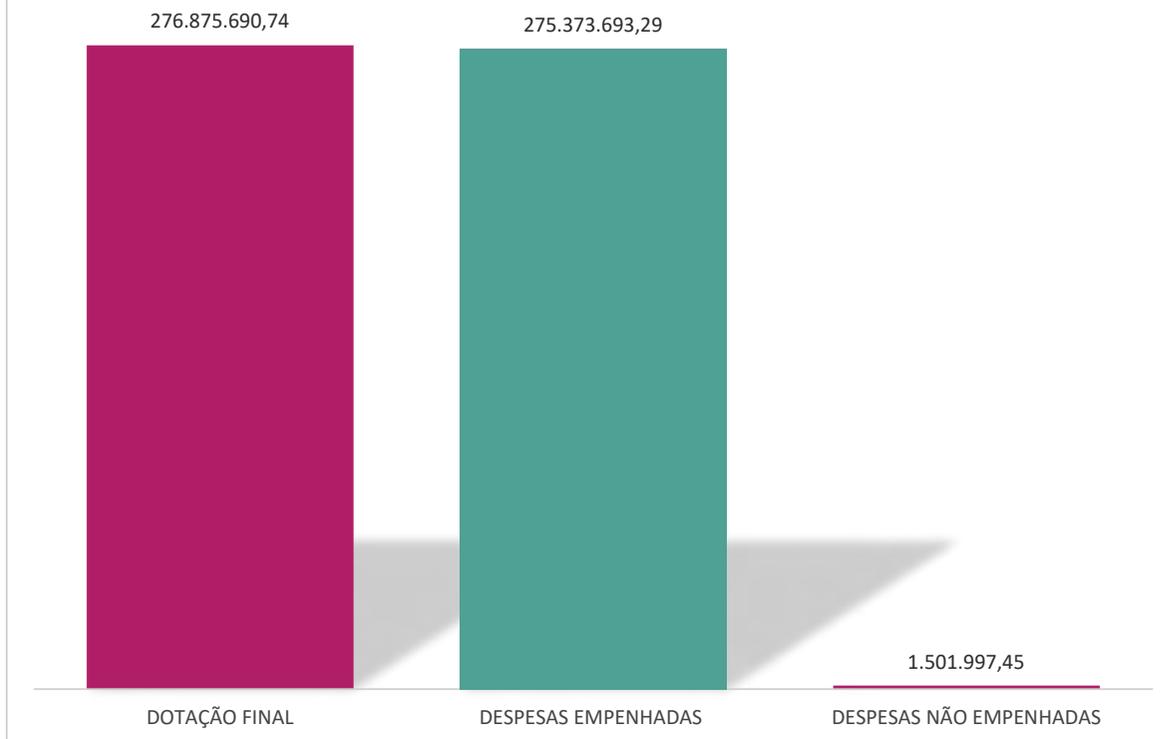
## Perfil do gasto do Órgão em 2022



## Evolução dos últimos anos

GRUPO DE DESPESA	2022				2021				2020			
	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago	Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.123.573,00	186.436.178,06	183.802.423,04	183.760.446,07	168.882.978,00	167.470.115,40	166.645.780,81	166.645.780,81	177.582.285,81	176.938.864,95	174.458.489,92	174.458.329,28
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.096.443,74	68.609.164,04	64.067.349,06	63.817.914,96	34.012.548,26	33.554.392,46	30.605.652,41	30.582.965,37	53.402.633,84	51.040.294,92	45.021.975,39	44.607.235,97
INVESTIMENTOS	20.655.674,00	20.328.351,19	4.142.295,41	4.029.108,53	5.670.770,00	5.457.182,43	1.905.100,18	1.696.773,45	3.618.174,00	2.795.138,34	380.390,11	380.390,11
<b>TOTAIS</b>	<b>276.875.690,74</b>	<b>275.373.693,29</b>	<b>252.012.067,51</b>	<b>251.607.469,56</b>	<b>208.566.296,26</b>	<b>206.481.690,29</b>	<b>199.156.533,40</b>	<b>198.925.519,63</b>	<b>234.603.093,65</b>	<b>230.774.298,21</b>	<b>219.860.855,42</b>	<b>219.445.955,36</b>

### Execução do orçamento aprovado



"A partir da Emenda Constitucional n.º 95 (conhecida como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos), promulgada em dezembro/2016, as despesas e investimentos públicos ficaram limitadas aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O quadro demonstra a evolução da dotação orçamentária recebida nos últimos 3 anos, refletindo que não houve nenhum grande incremento de recursos no exercício de 2022, excetuando as alterações decorrentes do orçamento de Pleitos Eleitorais.

Em 2020 e 2022, os orçamentos aprovados foram maiores devido aos incrementos das despesas para a realização das Eleições.

O TSE, nosso órgão superior responsável pela distribuição de limites orçamentários para todos os Regionais Eleitorais, só tem permitido novos incrementos para ampliações e reformas dos imóveis pertencentes à Justiça Eleitoral, mas as demais despesas têm que obedecer a EC 95/2016, principalmente as relativas a Pessoal, que não obteve nenhum reajuste nos últimos anos."

# Execução por Grupo e Elemento de Despesa

## Grupo 1 Pessoal e Encargos Sociais

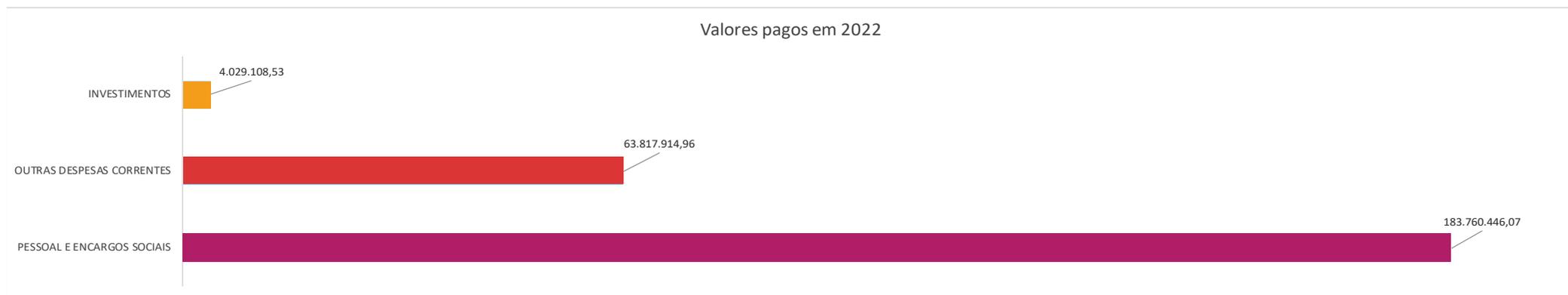
Elemento de Despesa	Empenhado 2022	Liquidado 2022	Pago 2022
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	124.278.484,67	124.278.484,67	124.266.887,21
OBRIGACOES PATRONAIS	21.676.437,57	21.676.437,57	21.646.058,06
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	20.198.522,55	17.564.767,53	17.564.767,53
DEMAIS ELEMENTOS	20.282.733,27	20.282.733,27	20.282.733,27
<b>TOTAIS</b>	<b>186.436.178,06</b>	<b>183.802.423,04</b>	<b>183.760.446,07</b>

## Grupo 3 Outras Despesas Correntes

Elemento de Despesa	Empenhado 2022	Liquidado 2022	Pago 2022
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT. ORC.	16.297.226,13	14.450.211,08	14.439.954,40
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	13.085.696,94	11.873.000,81	11.659.639,18
INDENIZACOES E RESTITUICOES	7.509.809,46	7.469.413,76	7.469.413,76
DEMAIS ELEMENTOS	31.716.431,51	30.274.723,41	30.248.907,62
<b>TOTAL</b>	<b>68.609.164,04</b>	<b>64.067.349,06</b>	<b>63.817.914,96</b>

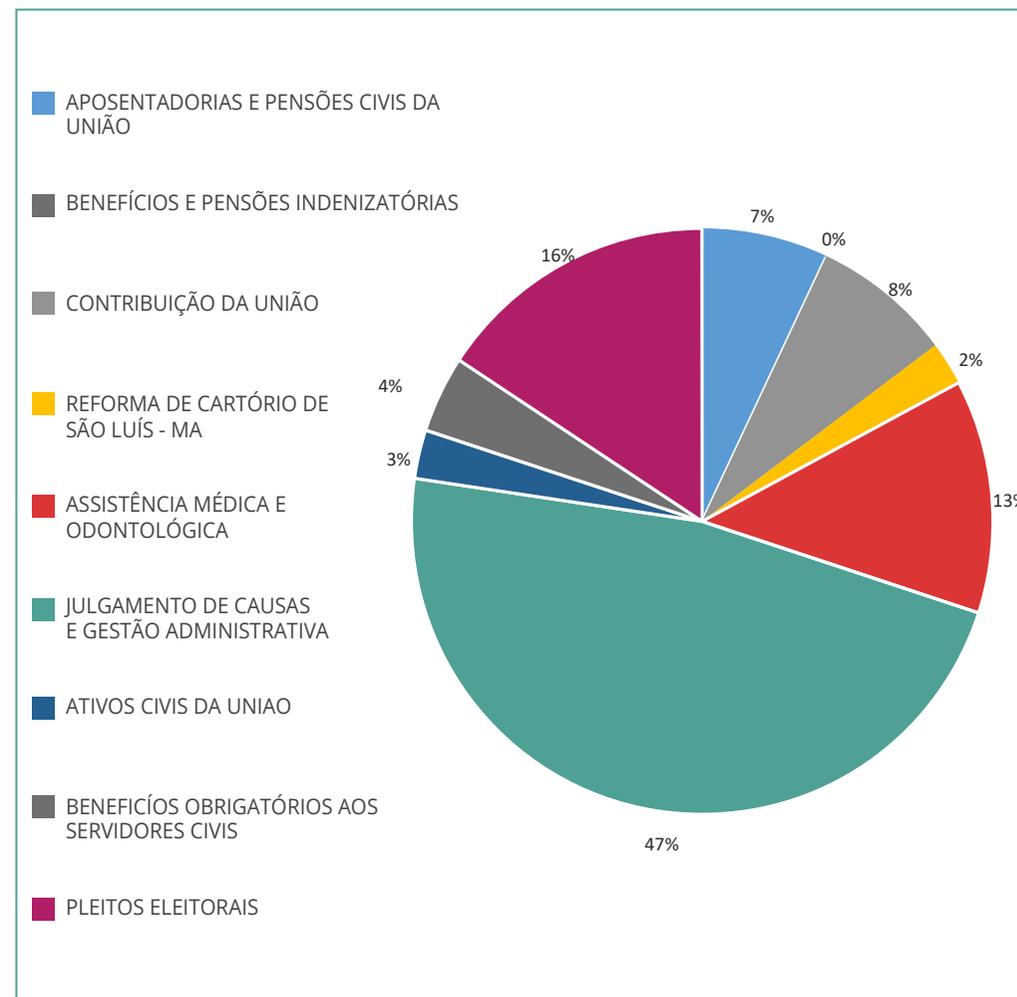
## Grupo 4 Investimentos

Elemento de Despesa	Empenhado 2022	Liquidado 2022	Pago 2022
OBRAS E INSTALACOES	11.438.980,82	179.872,16	169.979,19
EQUIPAMENTOS E MATERIAL	5.641.958,92	3.087.943,10	2.984.649,19
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E	2.961.459,00	780.614,00	780.614,00
DEMAIS ELEMENTOS	285952,45	93866,15	93.866,15
<b>TOTAL</b>	<b>20.328.351,19</b>	<b>4.142.295,41</b>	<b>4.029.108,53</b>



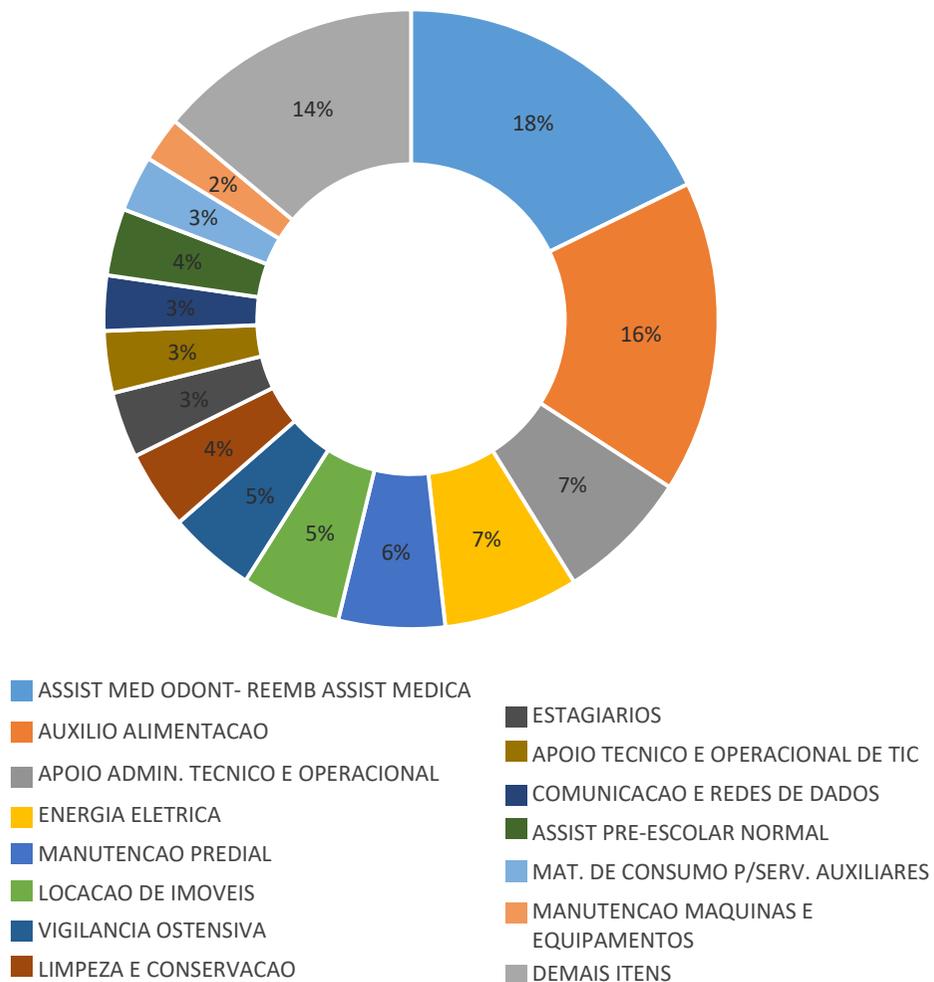
## Despesas do TRE-MA por ação orçamentária

Ação Governo	Dotação atualizada (incluindo provisões e destaques)	Empenhado
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	19.351.201,00	19.324.409,71
BENEFÍCIOS E PENSÕES INDENIZATÓRIAS	14.544,00	14.544,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	21.979.809,00	21.326.774,72
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES	6.602.889,00	6.602.889,00
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	35.802.051,45	35.494.424,76
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	130.239.671,00	130.232.101,63
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS	7.608.764,00	7.415.065,61
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO	11.915.000,00	11.631.067,12
PLEITOS ELEITORAIS	43.361.761,29	43.332.416,74
<b>TOTAL</b>	<b>276.875.690,74</b>	<b>275.373.693,29</b>

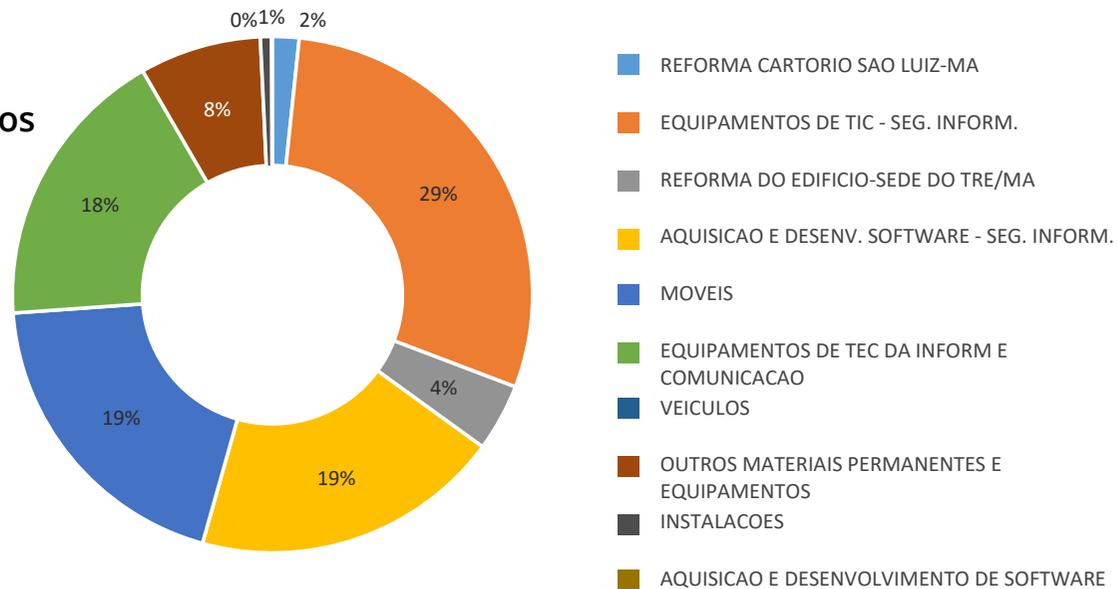


# Principais despesas pagas em 2022 (exceto Pleitos Eleitorais)

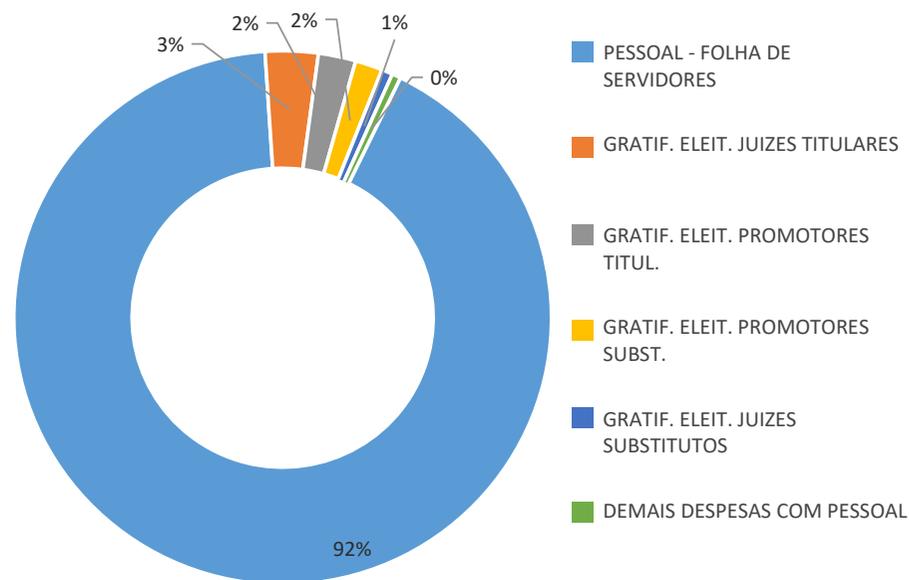
## Custeio



## Investimentos



## Despesas de pessoal



## Despesas por finalidade (exceto Pleitos Eleitorais)

Detalhamento das maiores despesas correntes de 2022

Grupo Despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2022		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	ASSIST. MÉD. ODONT- REEMB. ASSIST. MÉDICA	6.602.889,00	6.602.889,00	6.602.889,00
	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	6.037.620,45	6.037.620,45	6.037.620,45
	APOIO ADMIN. TÉCNICO E OPERACIONAL	3.134.072,41	2.635.471,74	2.592.826,00
	ENERGIA ELÉTRICA	3.031.908,67	2.633.136,78	2.633.136,78
	MANUTENÇÃO PREDIAL	2.727.923,96	2.078.188,51	2.073.835,37
	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	2.119.477,27	1.937.400,17	1.937.400,17
	VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.873.341,06	1.716.149,32	1.695.812,08
	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	1.753.618,56	1.529.786,71	1.517.436,43
	ESTAGIÁRIOS	1.454.951,02	1.278.805,29	1.278.805,29
	APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	1.420.979,43	1.201.664,96	1.198.794,67
	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	1.297.590,26	1.067.085,84	1.067.085,84
	ASSIST. PRÉ-ESCOLAR NORMAL	1.297.012,03	1.297.012,03	1.297.012,03
	MAT. DE CONSUMO P/SERV. AUXILIARES	1.161.758,59	1.099.486,66	1.078.361,16
	MANUTENÇÃO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.131.529,74	879.903,82	874.000,28
	DEMAIS ITENS	5.784.966,85	5.172.865,99	5.171.045,98

Grupo Despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2022		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	PESSOAL - FOLHA DE SERVIDORES	156.942.635,50	154.601.343,28	154.562.679,87
	GRATIF. ELEIT. JUÍZES TITULARES	5.363.565,73	5.363.565,73	5.363.565,73
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES TITUL.	3.793.929,89	3.793.929,89	3.793.929,89
	GRATIF. ELEIT. PROMOTORES SUBST.	2.767.863,12	2.767.863,12	2.767.863,12
	GRATIF. ELEIT. JUÍZES SUBSTITUTOS	1.121.564,01	1.121.564,01	1.121.564,01
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUÍZES TITUL.	703.218,07	703.218,07	699.904,51
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. TITUL.	102.131,52	102.131,52	102.131,52
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO SERV SECRETARIAS	59.160,80	59.160,80	59.160,80
	SESSÕES ORDINÁRIAS - JUÍZES SUBST.	26.020,49	26.020,49	26.020,49
	SESSÕES ORDINÁRIAS - PROC. SUBST.	3.196,93	3.196,93	3.196,93

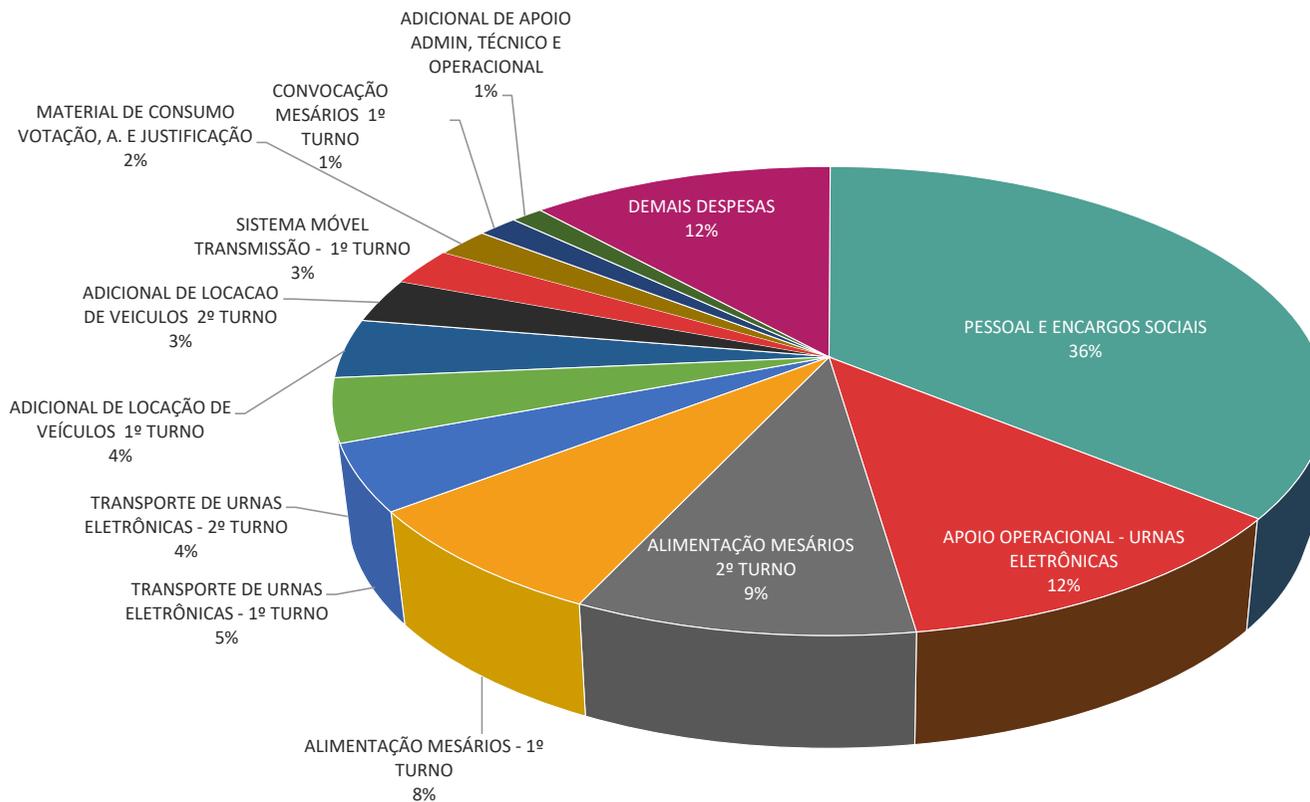
Grupo Despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2022		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
INVESTIMENTOS	REFORMA CARTÓRIO SÃO LUIS-MA	9.932.052,20	66.448,85	66.448,85
	EQUIPAMENTOS DE TIC - SEG. INFORM.	3.615.569,00	1.175.000,00	1.175.000,00
	REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE/MA	1.765.463,77	179.872,16	169.979,19
	AQUISIÇÃO E DESENV. SOFTWARE - SEG. INFORM.	1.677.974,00	778.000,00	778.000,00
	MÓVEIS	991.687,36	862.828,26	786.628,26
	EQUIPAMENTOS DE TEC. DA INFORM. E COMUNICAÇÃO	826.863,86	717.983,86	717.983,86
	VEÍCULOS	806.400,00		
	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	682.309,70	332.130,98	305.037,07
	INSTALAÇÕES	27.417,30	27.417,30	27.417,30
	AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE	2.614,00	2.614,00	2.614,00

## Despesas com a eleição de 2022



## Execução de Pleitos 2022 x Pleitos 2020

ANO DAS ELEIÇÕES					
2022			2020		
Valores disponibilizados	Valores executados	Percentual de execução	Valores disponibilizados	Valores executados	Percentual de execução
R\$ 43.361.761,29	R\$ 43.332.416,74	99,93%	27.464.469,76	26.387.870,93	96,08%



- Total executado com a Eleição de 2022  
R\$ 43.332.417
- Custo da Eleição por eleitor: R\$ 8,60
- Eleitorado: 5.040.539
- Custo da Eleição: 43.332.417

## Orçamento de Pleitos Eleitorais

O Tribunal Superior Eleitoral é o responsável pela dotação e descentralização do orçamento Eleitoral para todos os Regionais. O orçamento disponibilizado para o TRE-MA para a realização das Eleições gerais de 2022 representa o 9º maior orçamento recebido em relação aos demais Tribunais Regionais Eleitorais do país, perfazendo um custo total por eleitor de R\$ 8,60.

Em 2022 houve um aumento nas despesas com as eleições em relação ao total executado em 2020, em razão do reajuste de despesas pela inflação dos últimos anos e do final dos efeitos da pandemia, que impactaram em majoração de despesas como: treinamentos e reuniões presenciais, pagamento de passagens e diárias, aumento de despesas com energia elétrica, horas extraordinárias de terceirizados, entre outros.

## Despesas por finalidade - Pleitos Eleitorais

### Detalhamento das maiores despesas de 2022

Grupo Despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2022		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERVIDORES SECRETARIA	11.331.932,63	11.039.469,83	11.039.469,83
	SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO - SERVIDORES ZONAS	3.678.532,53	3.678.532,53	3.678.532,53
	JETONS - JUÍZES TITULARES	238.524,97	238.524,97	238.524,97
	GRAT. ELEIT. JUÍZES AUXILIARES - PLEITOS	216.508,66	216.508,66	216.508,66
	GRAT. ELEIT. PROMOTORES AUXILIARES - PLEITOS	52.285,50	52.285,50	52.285,50
	JETONS - PROMOTORES TITULARES	35.107,71	35.107,71	35.107,71

Grupo Despesa	Tipo de despesa (plano interno)	2022		
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
CUSTEIO	APOIO OPERACIONAL - URNAS ELETRÔNICAS	5.121.704,49	4.916.131,63	4.788.819,82
	ALIMENTAÇÃO MESÁRIOS - 2º TURNO	4.035.770,00	4.035.770,00	4.035.770,00
	ALIMENTAÇÃO MESÁRIOS - 1º TURNO	3.291.140,00	3.291.140,00	3.291.140,00
	TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS 1º TURNO	1.994.545,44	1.958.840,33	1.958.791,63
	TRANSPORTE DE URNAS ELETRÔNICAS 2º TURNO	1.831.949,04	1.831.949,04	1.831.949,04
	ADICIONAL DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS 1º TURNO	1.749.365,45	1.671.371,09	1.671.371,09
	ADICIONAL DE LOCAÇÃO DE VEICULOS 2º TURNO	1.365.932,94	1.275.748,76	1.275.748,76
	SISTEMA MÓVEL TRANSMISSÃO - 1º TURNO	1.178.191,99	1.099.788,14	1.099.788,14
	MATERIAL DE CONSUMO VOTACAO, APUR. E JUSTIFICAÇÃO	805.518,08	805.518,08	805.518,08
	CONVOCAÇÃO MESÁRIOS 1º TURNO	664.312,46	639.870,36	639.870,36
	ADICIONAL DE APOIO ADMIN, TÉCNICO E OPERACIONAL	612.038,98	517.926,85	517.926,85
	TREINAMENTO DE MESÁRIOS	472.810,26	472.810,26	472.810,26
	MANUTENÇÃ PREVENTIVA DE URNAS ELETRÔNICAS	454.196,97	370.451,92	362.510,73
	DEMAIS ITENS	4.202.048,64	4.012.565,33	4.009.838,67

## Despesas por modalidade de contratação em 2022

Todas - exceto despesas de pessoal, benefícios e diárias		
Exercício	2022	
Modalidade de Licitação	Despesa Empenhada	Despesa Paga
TOMADA DE PREÇO	8.691,10	
CONCORRÊNCIA	9.008.905,71	
DISPENSA DE LICITAÇÃO*	5.544.874,99	4.849.052,08
INEXIGIBILIDADE	1.236.748,34	1.117.601,31
NÃO SE APLICA**	8.749.872,20	8.696.165,40
SUPRIMENTO DE FUNDOS	682.069,53	682.069,53
PREGÃO	47.601.440,23	36.397.222,04
<b>Total</b>	<b>72.832.602,10</b>	<b>51.742.110,36</b>

\* Dispensa de licitação: refere-se a despesas com serviços de correios, fornecimento de energia elétrica, locação de imóveis, etc.

\*\* Não se aplica: refere-se a pagamentos de despesas com alimentação de mesários, oficiais de justiça, convocação de mesários, etc.

Despesas de pessoal		
Exercício	2022	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NÃO SE APLICA	186.436.178,06	183.760.446,07
<b>Total</b>	<b>186.436.178,06</b>	<b>183.760.446,07</b>

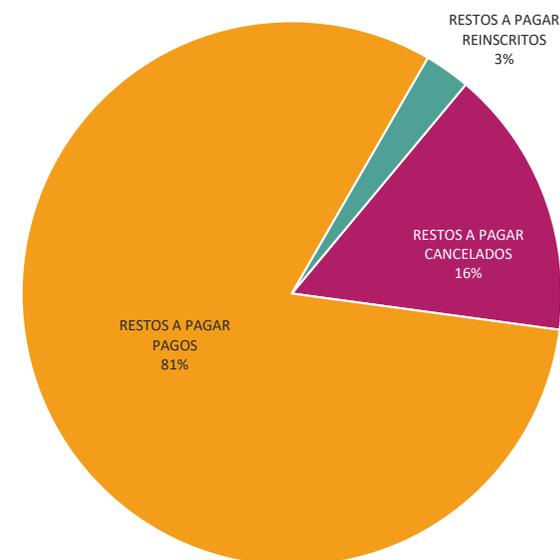
Despesas com benefícios		
Exercício	2022	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NÃO SE APLICA	14.032.498,61	14.032.498,61
<b>Total</b>	<b>14.032.498,61</b>	<b>14.032.498,61</b>

Despesas com diárias		
Exercício	2022	
Modalidade de Licitação	Despesa Executada	Despesa Paga
NÃO SE APLICA	2.072.414,52	2.072.414,52
<b>Total</b>	<b>2.072.414,52</b>	<b>2.072.414,52</b>

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ANO DE EMISSÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS	RESTOS A PAGAR PAGOS
REFORMA DO FÓRUM ELEITORAL DE SÃO LUÍS	2021	1.187.407,47	67.752,65	1.119.654,82
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	2018	48,82	48,82	
	2020	547.099,90	304.235,93	242.863,97
	2021	5.497.595,91	862.002,26	4.513.925,87
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	2021	824.334,59		723.962,16
PLEITOS ELEITORAIS	2020	66.468,04	64.883,40	1.584,64
	2021	46.832,69	10.144,49	36.688,20
<b>Total</b>		<b>8.169.787,42</b>	<b>1.309.067,55</b>	<b>6.638.679,66</b>

### Inscrição e reinscrição de Restos a Pagar para 2023

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ANO DE EMISSÃO	RESTOS A PAGAR REINSCRITOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	TOTAL A EXECUTAR EM RP
CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO	2022		11.461.087,93	11.461.087,93
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA	2021	121.667,78		121.667,78
	2022		8.611.732,50	8.611.732,50
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	2021	100.372,43		100.372,43
	2022		2.383.269,19	2.383.269,19
PLEITOS ELEITORAIS	2022		1.310.134,11	1.310.134,11
<b>Total</b>		<b>222.040,21</b>	<b>23.766.223,73</b>	<b>23.988.263,94</b>



## Desempenho dos indicadores de Gestão

INDICADORES DE APOIO À EXECUÇÃO				
	INDICADOR	Periodicidade	Desempenho 2022	Metas - 2022
Orçamento Ordinário	Indicador de aderência ao planejamento (quanto maior melhor)	Quadrimestral	85,2%	72,0%
	Indicador de perdas OCC (quanto menor melhor)	Quadrimestral	1,2%	2,4%
Orçamento de Pleitos Eleitorais	Indicador de aderência ao planejamento (quanto maior melhor)	Quadrimestral	82,2%	65,0%
	Indicador de perdas OCC (quanto menor melhor)	Quadrimestral	0,1%	2,8%
Indicador de inscrição em Restos a Pagar (quanto menor melhor)		Quadrimestral	42,1%	16,0%

De forma geral, considerando o contexto e as circunstâncias enfrentadas pelo País e devido ao fato de executarmos em 2022 dois orçamentos independentes, com inúmeras licitações ocorrendo em paralelo, podemos afirmar que a execução física e orçamentária das ações sob a responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Maranhão ocorreu com o melhor aproveitamento possível dos recursos disponibilizados pela União.

Os indicadores orçamentários adotados por este Tribunal, estão de acordo com a metodologia elaborada pela SOF/TSE:

O indicador de aderência ao planejamento, refere-se ao controle de distribuição do orçamento de acordo com a proposta orçamentária aprovada, sendo calculado tanto para as despesas ordinárias quanto de Pleitos Eleitorais;

O indicador de perdas, refere-se aos valores não empenhados em relação à dotação orçamentária disponível, para as despesas ordinárias e de Pleitos Eleitorais.

O indicador de inscrição em Restos a Pagar, refere-se aos valores empenhados porém não pagos no exercício em referência.

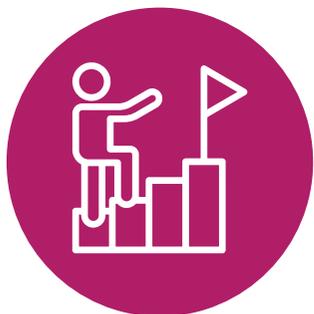
O maior objetivo dessa Administração, em 2022, foi otimizar os recursos orçamentários disponíveis, para que não ocorrem perdas orçamentárias, mantendo a aderência ao planejamento orçamentário. Com esse fim, foram efetuadas diversas reuniões do Comitê de Apoio a Gestão Orçamentária e de Contratações - CGOC e de comissões de monitoramento do orçamento e contratações, com vistas a imprimir celeridade em tramitações processuais e em licitações visando à integral execução do orçamento do presente exercício, com a participação do Presidente deste Côrte, Diretor-Geral, Secretários e Coordenadores, que, através de reuniões mensais, avaliavam o andamento dos processos de contratações e pagamentos, bem como das providências tomadas para otimizar o desempenho orçamentário e financeiro.

Essa metodologia resultou uma melhoria nos dois indicadores: Indicadores de perdas orçamentárias, que atingiram os percentuais de 1,2% e 0,1%, menor do que as metas estipuladas; e os Indicadores de aderência, com os percentuais de 85,2% e 82,2%, também superando as metas.

Quanto ao indicador de inscrição em Restos a Pagar, a meta não foi atingida em razão do fracasso na primeira licitação da obra de reforma do Fórum Eleitoral da Capital e precisou ser refeita atrasando o cronograma de início das obras. Além disso, a reforma prevista para o prédio sede e anexo também teve seu cronograma adiado até o final das eleições para não comprometer o andamento dos trabalhos. Esses fatos fizeram com que, do orçamento previsto para essas obras, no valor de R\$ 11.461.088,00 ou 96,2% do orçamento disponível, acabassem por ser inscritos em Restos a Pagar para 2023.

Além do ocorrido com o orçamento de infraestrutura, recebemos também R\$ 5.319.511,00 de recursos do TSE para despesas com segurança cibernética, essas contratações/aquisições tiveram suas licitações realizadas de forma compartilhada com os outros Tribunais, sendo o TRE/MA apenas participe e não tendo ingerência no andamento das licitações. Esses processos também sofreram diversos problemas e parte substancial dos recursos (R\$ 3.340.543,00 ou 62,8% do orçamento inicial) acabou por ser inscrito em Restos a Pagar.

## Inovações, Desafios e Ações Futuras



### DESAFIOS

- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do TRE – MA;
- Eliminar o percentual de perdas orçamentárias, melhorando ao mesmo tempo a aderência ao planejamento orçamentário;
- Manter em bom funcionamento toda a estrutura da Secretaria e de todas as Zonas eleitorais do estado, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras advindas do limite do teto de gastos;
- Executar todo o recursos inscrito em Restos a Pagar em 2023, minimizando ao máximo novas inscrições.



### INOVAÇÕES

- Fortalecimento do Comitê de Apoio a Gestão Orçamentária e de Contratações - CGOC, com a realização de reuniões periódicas com a presença da Presidente do Tribunal, com vistas a imprimir celeridade nas licitações e nas tramitações dos processos visando à integral execução do orçamento do presente exercício;
- Busca constante pela antecipação do início das solicitações de novas licitações, de forma a adequar o cronograma de execução, reduzindo inscrições desnecessárias em Restos a Pagar.



### AÇÕES FUTURAS

- Promover melhorias nos processos de contratação de bens e serviços;
- Dar continuidade às atividades de racionalização das despesas contínuas do Tribunal;
- Manter atualizado o Sistema ACOR - Sistema de Acompanhamento Orçamentário
- Conhecer e aplicar “boas práticas” dentre os Tribunais Eleitorais e do TSE, na área de economicidade orçamentária;
- Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização das práticas implementadas;
- Conscientizar todos os gestores da necessidade de melhoria da gestão orçamentária e financeira da sua unidade

## Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

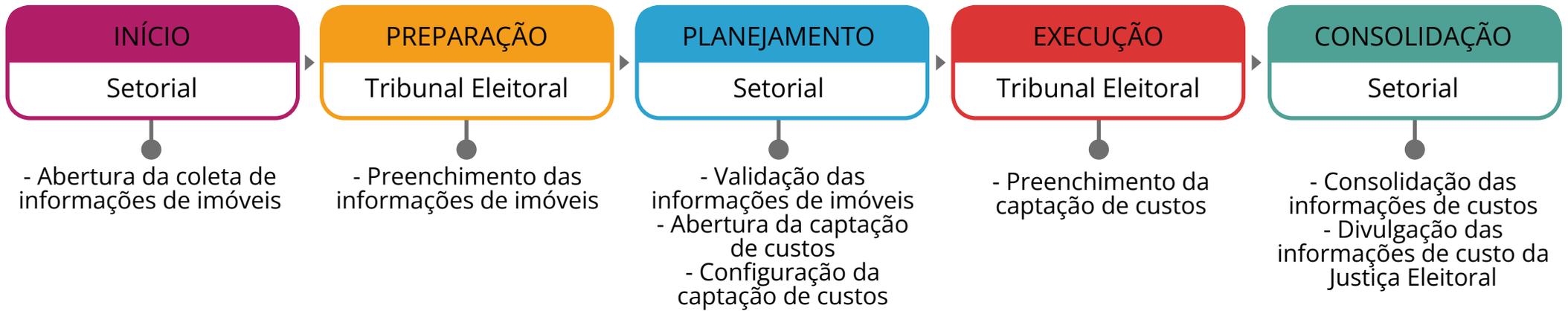


Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase de 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.



Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, onde são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

## Fluxo do processo da apuração de custos



Nessa metodologia existem dois eixos de informações:

### Itens de Custos

Procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



### Atividades/Serviços

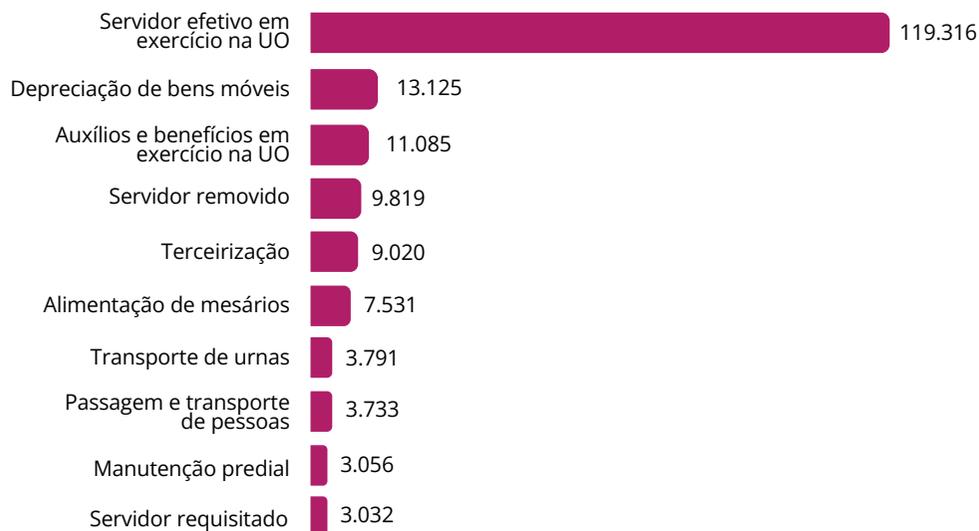
Procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados.



\*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

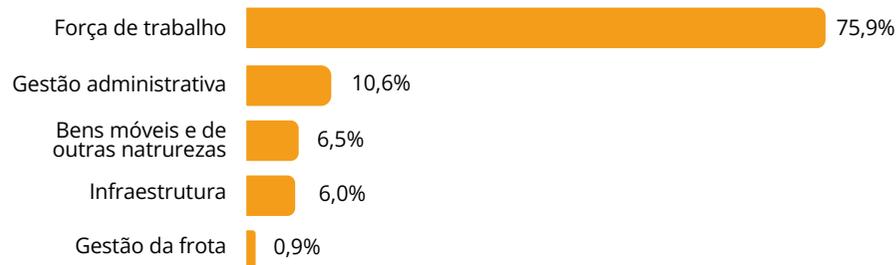
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão no exercício de 2022**, que somam um total de R\$ 210.414.957,43, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

10 maiores itens de custo (em R\$ mil)



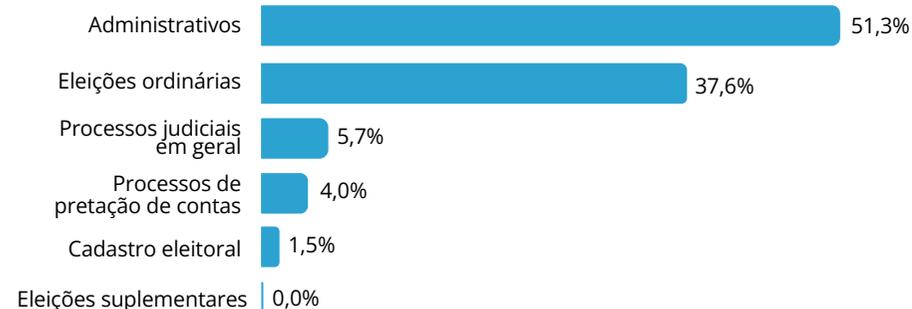
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de Subgrupos, temos a seguinte distribuição:

Custos por Subgrupo (em %)



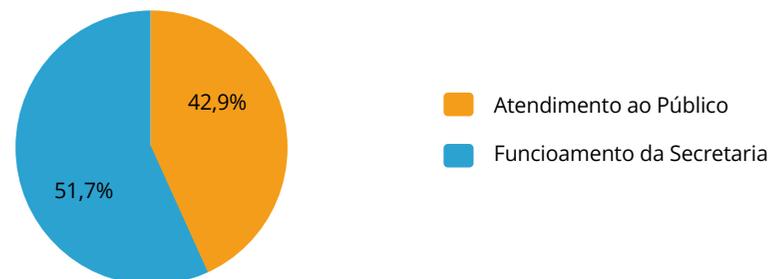
Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

Custos por Atividades/Serviços (em %)



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

# Auditoria Interna

## Planos

Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2022-2025, Portaria TRE-MA nº. 1581/2021 (SEI 0009517-94.2021.6.27.8000)

Plano Anual de Auditoria (PAA) 2022, Portaria TRE-MA nº. 1584/2021 (SEI 0009519- 64.2021.6.27.8000)

1ª

### Auditoria

Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2021  
Relatório de Auditoria nº 01/2022 (art. 13, §2º, da IN TCU 84/2020)  
Situação: Concluída

RECOMENDAÇÕES: SEI 0003932-61.2021.6.27.8000, id. 1583319.

**ACHADO 1:** R\$ 2.451.990,97 de despesa de depreciação de bens móveis não reconhecida, sendo apurados R\$ 2.177.223,43 até 2020 e R\$ 274.767,54 em 2021.

RECOMENDAÇÃO: correção dos registros contábeis; implementação de melhorias nos procedimentos de depreciação para prevenir, detectar e corrigir tempestivamente as falhas dos controles internos da entidade.

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** Corrigido (ids. 1554175 e 1629522 do SEI 10886-26.2021.6.27.8000).

**ACHADO 2:** Pagamento indevido a pensionistas falecidos.

RECOMENDAÇÕES:

- a) devolução de valores pagos indevidamente à União;
- b) notificação imediata à autoridade policial competente (Polícia Federal) e ao Ministério Público Federal (MPF) para abertura dos procedimentos investigativos necessários à elucidação de possível crime;
- c) implantação de melhorias nos controles relacionados com a suspensão ou encerramento do pagamento de pensões e benefícios de assistência saúde, tais como:

c.1 Solicitar o comparecimento do pensionista à unidade gestora de pessoal ou a demonstração de vida por outro meio idôneo;

c.2 Não sendo possível a comprovação de vida do pensionista, suspender provisoriamente o pagamento até a prova de vida;

c.3 Comprovada a vida do pensionista, oficiar o cartório solicitando esclarecimentos sobre o registro de óbito que aparece no Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (SISOBI) e que motivou a identificação do indício.; e

c.4 Caso comprovado o óbito do pensionista, o órgão deve abrir processo administrativo para ressarcimento dos valores pagos indevidamente:

a. Junto à instituição bancária (não sendo possível no todo ou em parte, solicitar os extratos bancários);

b. Junto à família.

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** Não corrigidos, todavia foram implantados controles para evitar a sua repetição e efetuados procedimentos para cobrança dos débitos (SEI 0002458-21.2022.6.27.8000 e 0003932-61.2021.6.27.8000. doc. 1606069).

**ACHADO 3:** Aquisição de bens com cláusulas de obrigação futura sem formalização de termo de contrato.

**RECOMENDAÇÃO:** Implementar controles internos nas aquisições futuras (art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 e Acórdão TCU nº 9.177/2021).

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** não corrigido, porém foram implantados controles para evitar sua repetição.

**ACHADO 4:** Aquisição de 95% dos bens registrados em Ata de Registro de Preço (ARP) no primeiro pedido.

**RECOMENDAÇÃO:** Implementar medidas para que nas aquisições futuras, tanto nas fases de planejamento quanto de execução, existam controles internos capazes de prever, detectar e mitigar riscos de inobservância da sistemática do SRP.

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** não corrigido, todavia foram implantados controle internos para evitar sua repetição.

**ACHADO 5:** Doação de equipamento radiológico em desconformidade com a norma regulamentar.

**RECOMENDAÇÃO:** À Comissão de Desfazimento que nos futuros procedimentos observe os regramentos aplicáveis aos equipamentos dessa natureza.

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** corrigido posteriormente com a desativação do equipamento, e também com implantação de novos controles internos.

**ACHADO 6:** Ausência de política contábil para tratamento do reconhecimento, mensuração e avaliação dos ativos intangíveis gerados internamente e obtidos de forma gratuita.

**RECOMENDAÇÃO:** a implementação de política contábil e controles capazes de padronizar os procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização, quando devida, dos ativos intangíveis gerados internamente e os obtidos sem contraprestação.

**RESPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO:** não corrigida, porém estão sendo implantadas novas políticas de reconhecimento, mensuração e avaliação dos ativos.

2ª

## Auditoria

3ª

## Auditoria

Iniciou a Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas contas de 2022 (SEI n.º 0004004-14.2022.6.27.8000).

O relatório de auditoria e a certificação só serão emitidos no exercício de 2023, até 31 de março (IN TCU 84/2020 e DN TCU 198/2022).

4ª

## Auditoria

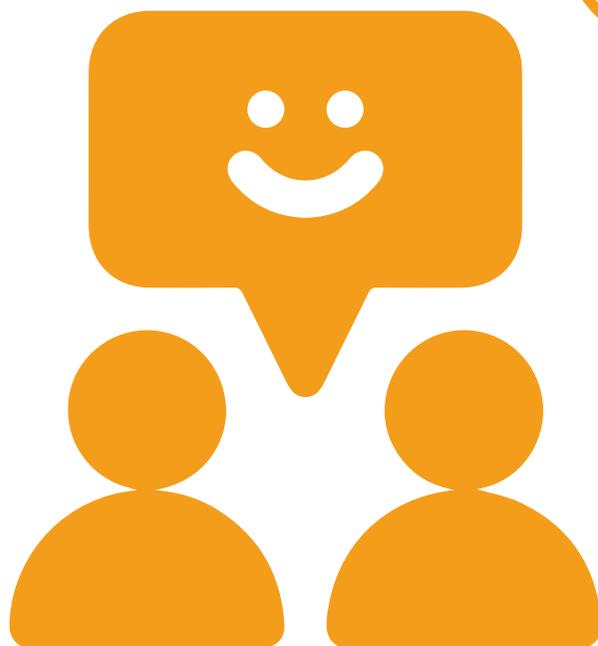
A Auditoria de Conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário não foi realizada, pois o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adiou para abril de 2023, conforme Ofício-Circular nº 14/2022-COSI/CNJ, de 11/5/2022, tendo sido prevista no PALP 2022-2025 e PAA/2023.

5ª

## Auditoria

A Auditoria no Processo de Gestão de Pessoas – Assistência à Saúde - não foi realizada, tendo em vista a deficiência de pessoal e o Pleito Eleitoral de 2022. Em 2023, há previsão no PALP 2022-2025 e no PAA/2023 para realização das Auditorias não realizadas em 2022.

**06**



# Relacionamento com a sociedade

## Principais canais de comunicação

### FUNCIONAMENTO:

**Sede:** segunda à quinta-feira das 13h às 19h e na sexta-feira das 8h às 14h

**Zonas eleitorais:** Consulte os horários de funcionamento das zonas eleitorais no site do TRE-MA



[www.tre-ma.jus.br](http://www.tre-ma.jus.br)



@tremaranhao



@TRE\_MA



TRE-MA - Tribunal Regional  
Eleitoral do Maranhão



Av. Senador Vitorino  
Freire, s/n - Areinha



(98) 2107- 8888

### Ouvidoria

Site

<https://www.tre-ma.jus.br/institucional/ouvidoria>

E-mail

[ouvidoria@tre-ma.jus.br](mailto:ouvidoria@tre-ma.jus.br)

Ligação gratuita

0800 098 5000

Carta

Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha,  
São Luís - MA, CEP 65010-917

Pessoalmente

Agende uma visita através dos nossos telefones  
e compareça no endereço: Av. Senador Vitorino  
Freire, bairro Areinha, São Luís - MA

Horário de funcionamento

8h às 18h

### Ouvidoria da mulher

Site

<https://www.tre-ma.jus.br/institucional/ouvidoria-da-mulher>

E-mail

[ouvidoriadamulher@tre-ma.jus.br](mailto:ouvidoriadamulher@tre-ma.jus.br)

WhatsApp

(98) 2107-8923

Ligação gratuita

0800 098 5000

Horário de funcionamento

8h às 18h

### Carta de Serviço ao Cidadão

[https://www.tre-ma.jus.br/eleitor/  
cartas-de-servicos](https://www.tre-ma.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos)

### Zonas Eleitorais

[https://www.tre-ma.jus.br/institucional/  
zonas-eleitorais/zonas-eleitorais](https://www.tre-ma.jus.br/institucional/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais)

# Ouvidoria

## Implantação da Ouvidoria da Mulher

Instituída pela Resolução nº 9.981/2022 para o recebimento das demandas relativas à violência contra a mulher (direitos políticos, igualdade de gênero) e à participação feminina, além daquelas relacionadas às diversas formas de assédio, dentre outras formas de violência, que eventualmente venham a ser vivenciadas por servidoras ou colaboradoras no âmbito do Tribunal.

## Encontros, reuniões e cursos

14º Encontro do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral  
Período: 5 e 6 de dezembro de 2022

Temas abordados:

- Liderança e Conexão no Relacionamento com o Cidadão-Eleitor;
- Comunicação Não Violenta;
- Sistema falabr;
- Lei de Acesso à Informação;
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- Ouvidorias de Justiça;
- Assédio Eleitoral no Ambiente de Campanha e Trabalho;
- Oficinas de vídeo e oratória, palestras, entrevistas e infoaulas.

[Mais informações](#) 



8 reuniões virtuais do Colégio de Ouvidores (e-COJE), nas quais foram tratados assuntos de interesse das Ouvidorias Eleitorais, tais como estratégias de implantação da Lei 13.709/2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).



Compôs, de forma proativa, a Frente Nacional de Combate à Desinformação, trabalho esse que resultou em congratulação formal do então Presidente do TSE, Ministro Edson Fachin, em ofício dirigido a este Tribunal.

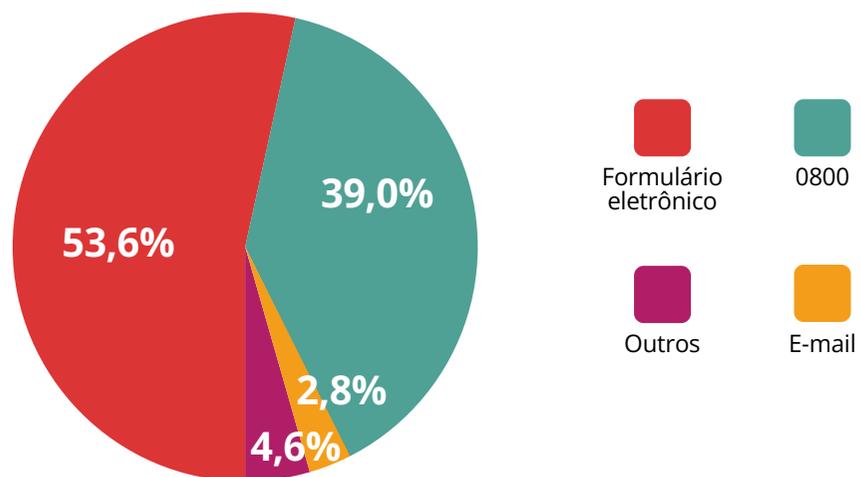


Participação do grupo de estudos sobre a uniformização estrutural nacional das Ouvidorias Eleitorais, patrocinado pelo COJE, resultando na aprovação, pelo Plenário do TSE, da resolução que regulamentou o funcionamento das ouvidorias eleitorais para adequar a organização das unidades aos parâmetros fixados pela Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

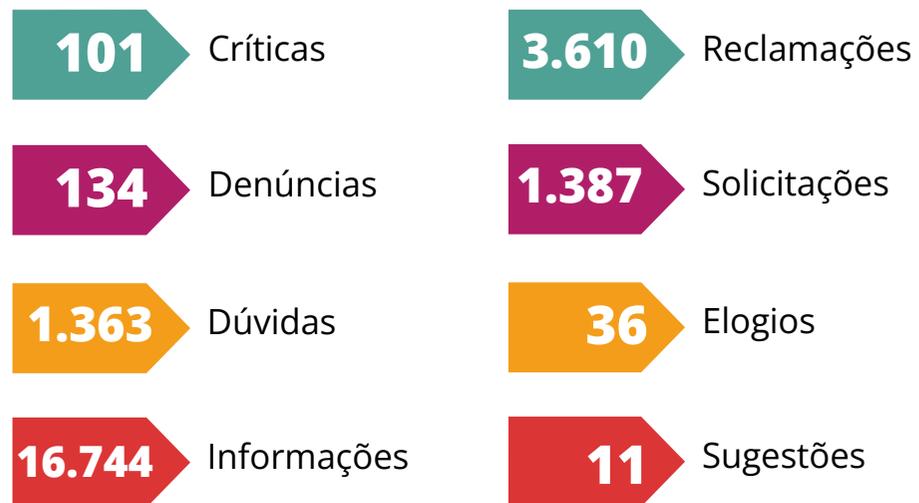


Participação em 4 cursos sobre a implantação da LGPD, execução orçamentária, atendimento humanizado no âmbito da Ouvidoria da Mulher e confecção de termo de referência e avaliação de riscos em processos de contratação.

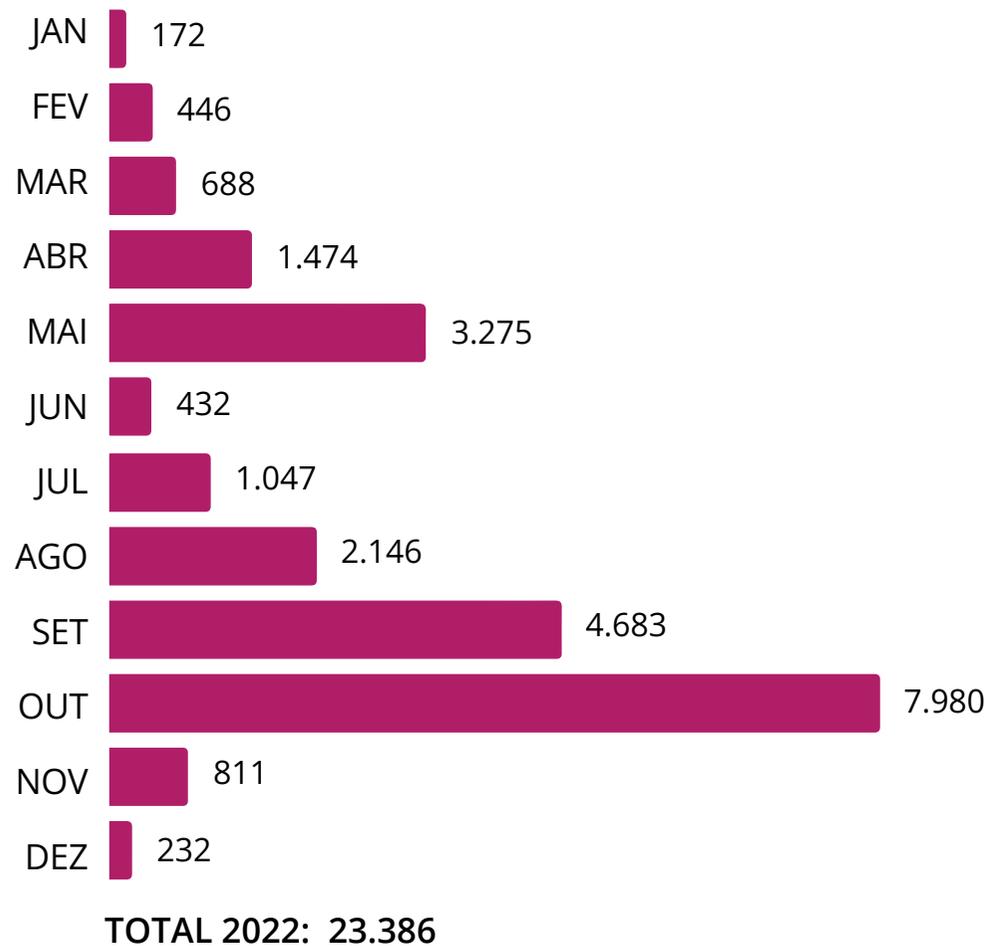
## Ouvidoria em números



## Manifestações por tipo



## Atendimento por mês em 2022



# Educação Política

## Escola Judiciária Eleitoral (EJE)

Criação: Resolução TRE-MA nº 4.713/2003

Vetores de atuação: cidadania, capacitação e o aprimoramento de práticas eleitorais.

### Lançamento da Cartilha Digital “A urna eletrônica em uma trajetória de conquistas”

Objetivo: combater a desinformação e a disseminação de notícias falsas

A cartilha fez parte da programação local dos 90 anos da Justiça Eleitoral. Com linguagem clara, direta e acessível, aborda os mecanismos de segurança que são adotados para proteger o sistema eletrônico de votação e a evolução alcançada dentro do processo democrático para garantir Eleições legítimas, seguras, transparentes e céleres.

[Mais informações](#)

[Mais informações](#)

### Projeto Voto Jovem na Escola – EDIÇÃO 2022

Objetivo: contribuir para a formação de um público juvenil mais esclarecido e preparado para o exercício do voto.

As atividades de 2022 iniciaram em 11 de março, no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA).

12 unidades de ensino foram contempladas; 2.495 alunos da rede pública e privada da capital e interior participaram.

Ações: palestras, treinamento prático nas urnas eletrônicas, distribuição de cartilhas de educação política, além do fomento ao alistamento eleitoral.

[Mais informações](#)

### Entrevistas sobre a participação juvenil nas Eleições 2022

Participação da Assessora da EJE no programa “Direto ao Ponto”

Data: gravação em 31 de agosto. Divulgada em 2 de setembro

Local: TV Assembléia

Corresponde a uma série de entrevistas sobre as Eleições 2022, no sentido de fortalecer a democracia e esclarecer o cidadão para o exercício do voto.

Assuntos tratados: aumento do eleitorado jovem para o pleito de 2022; aspectos como desafios, campanhas de mobilização, novas estratégias para ampliar a participação desse segmento e futuras ações do projeto Voto Jovem na Escola.

[Conteúdo em vídeo](#)

## Participação da Assessora da EJE no podcast “Papo de Recreio”

Data: 22.9.2022

Local: TV Mirante

3º episódio do Podcast: “Eleição – meu primeiro voto”

Assuntos tratados: crescimento percentual de eleitores, da faixa dos 16 a 17 anos, que irão às urnas em 2022; diversos pontos como “o que significa votar, os cargos e as consequências de não votar”; segurança do sistema eletrônico de votação e da necessidade de, como cidadãos, estarmos atentos para combater a desinformação eleitoral.

Conteúdo em vídeo 

## Palestra: “A participação do Idoso Cidadão nas Eleições 2022”

Data: 23.9.2022

Local: SESC da Deodoro

Público-alvo: 30 idosos

Assuntos tratados: o voto de pessoas com mais de 70 anos é fundamental, apesar de facultativo, porque, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, advém de eleitoras e eleitores experientes, com muita vivência política. Orientações sobre a ordem de votação das candidatas e candidatos; a questão do voto de legenda para os cargos de deputado federal e estadual – tema alvo de dúvidas recorrentes por parte do segmento –; assim como a possibilidade de levar a cola eleitoral para facilitar o registro do voto.

Mais informações 

## Eventos / Estudos Eleitorais / Capacitação

### Seminário Eleitoral: Cenário e Perspectivas para 2022

Data: 25.3.2022

Local: Evento virtual

Promovido em consórcio pelo TRE-MA e EJE com a parceria do Instituto Maranhense de Defesa do Consumidor e Ensino Jurídico (IMADEC).

O evento jurídico abordou instigantes temas afetos ao processo eleitoral, regras norteadoras do pleito, soluções e meios pragmáticos de proteção ao sistema eleitoral, assim como a necessidade de conscientizar a cidadã, o cidadão, os(as) demais agentes políticos(as) e públicos(as), sobre a responsabilidade de atuarem no combate ao fenômeno da desinformação enfrentado no país.

### Curso Propaganda Eleitoral, Poder de Polícia e Representações da Lei nº 9.504/97

Período: 25 a 27 de julho e de 03 a 10 de agosto

Modalidade EaD (com aulas síncronas), via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da EJE/TSE

Carga horária: 20h/a

Vagas: 40

Público-alvo: juízes(as) eleitorais, membros da Corte Regional e servidores(as) que lidam com a matéria.

Professor: Caio Silva Guimarães, servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Assuntos tratados: as principais inovações normativas temáticas, a fim de preparar e atualizar os cursistas no tratamento das respectivas demandas, contínuas em anos eleitorais.

## Curso de Média Training para Magistrados(as) Eleitorais

Período de 21.11.2022 a 05.12.2022

Modalidade EaD: aulas síncronas

Carga horária: 20h

Vagas: 40

Público-alvo: juízes(as) eleitorais, membros da Corte Regional, servidores(as) da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais.

Tutor: Gabriel Collaço, formador da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)

Assuntos tratados: relacionamento com a imprensa”, contribuir para o aprimoramento da *performance* do(a) participante em sua interlocução com a imprensa e as diversas mídias, tendo sido trabalhadas na programação assuntos como, comunicação, linguagem, expressão corporal, pauta, textos e diversidade de entrevistas.

## Oficinas do Projeto de CNEJEs

Divulgação das oficinas ofertadas pelo Sistema Nacional EJE, capitaneado pela EJE do TSE, aos magistrados e servidores locais que atuam na área jurisdicional (gabinetes e cartórios)

Muitos gerentes de processo de eleição do TRE-MA também foram contemplados com essas capacitações.

Temas: direito digital, mídias sociais, desinformação e segurança do processo eleitoral eletrônico, propaganda eleitoral, participação de grupos minorizados, elegibilidade, registro de candidaturas, ações eleitorais e prestação de contas.

## Visita Acadêmica

Atividades de estágio curricular do Centro Universitário Estácio com a intenção de agregar conhecimentos jurídicos aos estudantes de direito, que visitaram as dependências do TRE-MA para ouvirem breve explanação sobre a estrutura, organização e funcionamento da Justiça Eleitoral, além de acompanharem sessões plenárias:

Data	Quantidade de alunos
29 de setembro	21
11 de outubro	39

## Audiências e Consultas Públicas

**12.05.2022**

---

- TRE-MA em Ação em Imperatriz: Audiência pública sobre assuntos referentes à Eleição 2022

Mais informações 

**12.08.2022**

---

- Eleitoral incentiva mulheres a ocuparem mais espaços de poder, entre eles, o da política

Mais informações 

**11.07.2022**

---

- Violência de gênero é um dos temas tratados no TRE-MA em Ação em Timon, Caxias e Codó

Mais informações 

**19 a 23/10/2022**

---

- Interessados podem opinar sobre as propostas de Metas Nacionais para 2023

Mais informações 

**27.07.2022**

---

- Imperatriz e Açailândia sediam a segunda etapa do TRE-MA em Ação

Mais informações 

## Cultura e Memória



Através da Resolução nº 9.026, de 14 de dezembro de 2016, inaugurado pelo Presidente Desembargador Lourival Serejo, o Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral está localizado no térreo do prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral, que fica na Avenida Vitorino Freire, s/n, bairro da Areinha, São Luís, cuja finalidade é recuperar, organizar e divulgar informações sobre a Justiça Cidadã.



Em 14 de dezembro de 2018 foi inaugurada o Portal da Memória no mandato do Presidente Desembargador Ricardo Tadeu Bugarin Duailibe. No intuito de preservar e divulgar a Memória Institucional, as sucessivas presidências desta Casa Eleitoral encontraram no reconhecimento da cultura de conservação histórica a ideia de que a valorização do passado representa verdadeiro modelo de gestão estratégica, sendo esta, doravante, uma das principais metas da Corte Eleitoral maranhense.



Como nos demais Estados da Federação, no Maranhão a história do TRE confunde-se com a própria política da cidadania local se fez presente por meio da atuação deste Tribunal, que, ao longo dos anos procurou desenvolver ações em prol de uma cultura de valorização e preservação dos documentos relevantes.



Entre outras atribuições, destacam-se, por ser de importância relevante, a partir do contato com essas informações históricas, a difusão, a compreensão e a importância do papel da Justiça no processo eleitoral.

Mais informações 